

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E EDUCAÇÃO

- Um estudo sobre desigualdades regionais da educação no Brasil -

LUIZ BOTELHO ALBUQUERQUE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de Mestre em Educação na área de concentração: Planejamento Educacional.

Porto Alegre

1980

157515

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Desigualdades educacionais: Desenvolvimento econômico: Brasil: Regiões
37.001.363:338.1(81-3)

Educação: Desigualdades: Desenvolvimento econômico: Brasil: Regiões
37.001.363:338.1(81-3)

Desenvolvimento econômico: Desigualdades educacionais: Brasil: Regiões
338.1:37.001.363(81-3)

Brasil: Regiões: Desenvolvimento econômico: Desigualdades educacionais
(81-3)338.1:37.001.363

Brasil: Regiões: Desigualdades educacionais: Desenvolvimento econômico
(81-3)37.001.363:338.1

Planejamento educacional: Desenvolvimento econômico: Brasil: Regiões
37.014.542:338.1(81-3)

Desenvolvimento econômico: Planejamento educacional: Brasil: Regiões
338.1:37.014.542(81-3)

Brasil: Regiões: Desenvolvimento econômico: Planejamento educacional
(81-3)338.1:37.014.542

Brasil: Regiões: Planejamento educacional: Desenvolvimento econômico
(81-3)37.014.542:338.1

Situação educacional: Piauí: Pernambuco: São Paulo
37.011.3(812.2:813.4:816.1)

Piauí: Pernambuco: São Paulo: Situação educacional
(812.2:813.4:816.1)37.011.3

Pernambuco: São Paulo: Piauí: Situação educacional
(813.4:816.1:812.2)37.011.3

São Paulo: Pernambuco: Piauí: Situação educacional
(816.1:813.4:812.2)37.011.3

Bibliotecária responsável: Maria Margarida do Canto
CRB - 10/471

A presente Dissertação aborda um tópicó da temática do projeto de pesquisa "Dinâmica secular da educação escolar no Brasil: 1872-década de 1970", de responsabilidade dos professores Alceu Ferrari e Norberto Etges.

Professor orientador: Alceu Ravanello Ferrari (Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma; professor dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Para Aida, Lu e Danny.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aqui a algumas pessoas e instituições que de diversas maneiras contribuíram para o presente trabalho. São elas: a Universidade Federal do Piauí e a CAPES, pelas condições propiciadas para a realização do Curso e desta Dissertação; os amigos e companheiros que através de inúmeras discussões e contatos enriqueceram o trabalho e deram uma nova dimensão à nossa experiência humana; os professores e em particular o orientador desta Dissertação, pela abertura de novas perspectivas no pensar educação; a Doutora Maria Luiza Barbosa e a professora Juraci Mendes Soares, pela ajuda num momento particularmente difícil.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xv
1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - O planejamento educacional e o futuro	1
1.2 - O problema	3
1.3 - Procedimentos	5
2 - ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECO- NÔMICA DO BRASIL	7
2.1 - Introdução	7
2.2 - O desenvolvimento	9
2.2.1 - A integração ao modo capitalista de produção	10
2.2.2 - As linhas gerais da evolução	13
2.2.3 - Dependência e conjuntura	15
2.2.4 - Relações de força no plano interno	16
2.3 - A evolução de uma região periférica	17
2.3.1 - Caracterização regional	21
2.3.2 - Explicações conjunturais e estruturais	21
3 - DISCUSSÃO DE ALGUMAS TEORIAS EXPLICATIVAS	25
3.1 - Disparidades regionais	25
3.2 - Discussão de alguns indicadores	28
3.3 - Dualidade estrutural	30
3.4 - Relações de produção	31

3.5 - Concentração econômica e industrial	33
3.6 - Desigualdades de classes	34
3.7 - Desigualdades culturais	36
3.8 - Economia e educação	37
3.9 - Educação e equalização	39
3.10 - Determinação estrutural da educação	43
4 - ANÁLISE EMPÍRICA	47
4.1 - Metodologia	47
4.1.1 - Limitações do estudo	48
4.2 - Análise descritiva	49
4.2.1 - Alfabetização	49
4.2.2 - Curso elementar	51
4.2.3 - Curso médio	54
4.2.4 - Curso superior	57
4.2.5 - Curso elementar e mais	59
4.2.6 - Intervalo entre índices máximo e mínimo e suas variações	62
4.3 - Análise do cruzamento de algumas variáveis econômicas e educacionais	66
4.3.1 - Urbanização e alfabetização em São Paulo, Pernambuco e Piauí: 1940/70	66
4.3.2 - População economicamente ativa e alfabetização em São Paulo, Pernambuco e Piauí: 1940/70	73
5 - CONCLUSÕES	79
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
7 - ANEXOS	87
7.1 - Anexo 1: Estudo do conceito de "população economicamente ativa"	88
7.2 - Anexo 2: Composição setorial do produto interno líquido em algumas Unidades da Federação e no Brasil: 1939/68.	97

APRESENTAÇÃO

Na segunda metade do século XX, generalizou-se a idéia de que a educação vincula-se à economia e parece contribuir em alguma medida para o desenvolvimento econômico e social.

O reflexo dessa tomada de consciência junto às diversas instâncias de decisão política e aos sistemas educacionais foi a caracterização da educação como fator de desenvolvimento. Diversas teorias tentaram formular esta relação. Em síntese, atribuem à educação o papel de alavanca do progresso, de equalizador das desigualdades sociais. Conseqüentemente, ao planejamento educacional coube a tarefa de tornar viáveis essas idéias e intenções.

Os planejadores educacionais, entretanto, cedo se aperceberam de que a educação parecia um fator necessário, porém, não suficiente para deflagrar o processo de desenvolvimento. Um dos fatos que mais contribuiu para esta constatação foi a permanência de desigualdades na distribuição das oportunidades e no desempenho educacionais. Tais desigualdades dizem respeito tanto à origem social quanto à origem regional das pessoas consideradas.

O presente trabalho se interessou em identificar possí-

veis fatores que expliquem a desigualdade educacional brasileira.

Um estudo semelhante a este e tendo como universo de pesquisa a Região Norte do Brasil está sendo realizado pela professora Malena Talayer Torino, da Universidade Federal do Amazonas e nossa contemporânea no Curso de Mestrado.

Este estudo insere-se no quadro geral de preocupações que norteiam o projeto de pesquisa sobre a "Dinâmica secular da educação escolar no Brasil", coordenado pelo orientador desta Dissertação.

RESUMO

O presente trabalho teve dois objetivos: descrever a tendência do estado educacional da população piauiense, comparativamente àquela da população pernambucana e paulista, e verificar a possível existência de associação entre estrutura econômica de produção e estado educacional.

O universo da pesquisa são os Estados do Piauí, Pernambuco e São Paulo. Os dados aqui utilizados são, principalmente, censitários, utilizando-se como fontes secundárias os anuários estatísticos do Brasil.

Procedeu-se a uma análise teórica, na linha histórico-estrutural, tendente a verificar a associação entre estruturas de produção e estado educacional. Utilizaram-se gráficos e percentuais para a análise do grau de associação, bem como para a descrição e comparação entre os estados educacionais.

Concluiu-se que há uma estreita associação entre estrutura econômica de produção e educação; que o estado educacional de uma determinada população, num determinado tempo, pode ser explicado a partir da estrutura de produção vigente naquele tempo

e local e que as limitações e ineficiências do planejamento educacional podem ser em grande medida atribuídas ao desconhecimento das determinações estruturais da educação.

ABSTRACT

The present work has two objectives. The first one is to describe the educational state of the population of Piauí; the second one is to verify the possible existence of association between economic structure of production and the characteristics of that educational state.

The universe of the research are the States of Piauí, Pernambuco and São Paulo. The data used here are directly taken from census or built up from them. By way of exception some data were compiled from Anuário Estatístico do Brasil.

Graphs and percentages were used to analyse the grade of association of economical and educational variables as well as to describe and to compare the educational states of the populations of Piauí, Pernambuco and São Paulo.

It was concluded that there is a strong association between the economical structure of production and the education, that the educational state of a given population can be explained based on the actual economical structure of production of a specific moment and that the main limitation of educational planning is due

to the planners unknowing of the structural determinations of education.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	- Percentuais de alfabetização entre as pessoas de 10 anos e mais e urbanização em algumas Unidades da Federação e no Brasil: 1970	4
Tabela 2	- Percentuais de evasão escolar e aprovação no vestibular em algumas Unidades da Federação e no Brasil: 1960/71 ...	29
Tabela 3	- Alfabetização das pessoas de 10 anos e mais em algumas Unidades da Federação e no Brasil, em percentuais: 1940/70	51
Tabela 4	- Curso completo das pessoas de 10 anos e mais, em algumas Unidades da Federação e no Brasil, em percentuais: 1940/70	54
Tabela 5	- Intervalos: diferença entre os índices máximo e mínimo de alfabetização e curso completo das pessoas de 10 anos e mais: 1940/70	63
Tabela 6	- Variação dos intervalos entre os índices máximo e mínimo de alfabetização e curso completo das pessoas de 10 anos e mais: 1940/70	65
Tabela 7	- Número índice em relação ao ano base, relativos a alfabetização e curso completo das pessoas de 10 anos e mais: 1940/70	66
Tabela 8	- População segundo a situação de domicílio em algumas Unidades da Federação e no Brasil, em percentuais: 1940/70..	68
Tabela 9	- Percentual da participação de algumas Unidades da Federação na composição do produto interno líquido e na população brasileira: 1968	71
Tabela 10	- Pessoas economicamente ativas em algumas Unidades da Federação e no Brasil, em percentuais: 1940/70	73

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Alfabetização das pessoas de 10 anos e mais em São Paulo, Pernambuco, Piauí e Brasil, em percentuais: 1940/70	50
Gráfico 2	- Curso elementar completo das pessoas de 10 anos e mais em São Paulo, Pernambuco, Piauí e Brasil, em percentuais: 1940/70	53
Gráfico 3	- Curso médio completo das pessoas de 10 anos e mais em São Paulo, Pernambuco, Piauí e Brasil, em percentuais: 1940/70..	56
Gráfico 4	- Curso superior completo das pessoas de 10 anos e mais em São Paulo, Pernambuco, Piauí e Brasil, em percentuais: 1940/70	58
Gráfico 5	- Curso elementar e mais das pessoas de 10 anos e mais em São Paulo, Pernambuco, Piauí e Brasil, em percentuais: 1940/70.	60
Gráfico 6	- Urbanização e alfabetização em São Paulo, Pernambuco e Piauí, em percentuais: 1940/70	70
Gráfico 7	- População economicamente ativa "urbana" e alfabetização em São Paulo, Pernambuco e Piauí, em percentuais: 1940/70 ..	75

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O planejamento educacional e o futuro

O planejamento educacional é uma daquelas atividades que supõe uma antevisão de objetivos a serem atingidos. O ponto de partida é sempre uma situação concreta, historicamente dada e definida em termos de recursos e necessidades.

Através do planejamento se pretende intervir deliberadamente na realidade, alterando-a. A mudança que interessa ao planejamento, diz respeito ao direcionamento dos processos educacionais rumo a alguma das possíveis alternativas de futuro.

O planejamento preocupa-se, fundamentalmente, com o futuro, e vê o presente como o resultado de planos passados (ou da falta deles). Elaborar o futuro, entretanto, requer descrições minuciosas e detalhadas do presente e uma cuidadosa interpretação dos dados e informações disponíveis. Planejar significa identificar as alternativas viáveis a partir do conhecimento mais exato possível da realidade presente e de seu passado imediato.

As transformações que ocorrem em outros aspectos da vida

econômica e social, podem determinar alterações significativas na educação. A redefinição de prioridades econômicas, por exemplo, tem considerável impacto sobre o mercado de trabalho, implicando em modificações nos perfis profissionais que será necessário moldar a partir de algum tipo de processo educacional.

O mesmo ocorre com as transformações políticas. A opção por uma ou outra das opções disponíveis cria uma cadeia de efeitos que é preciso considerar no planejamento.

Em síntese, planejar é optar por algum tipo de futuro educacional e tomar providências no sentido de sua implementação. Essas escolhas, por sua vez, não são aleatórias mas obedecem a uma lógica que será discutida ao longo do trabalho.

A educação, em qualquer circunstância, é feita para pessoas. Desse ponto de vista, um dos aspectos primordiais do planejamento educacional, é o dimensionamento do sistema escolar à demanda prevista. Isto é tão significativo que em determinadas situações constitui-se uma das tarefas mais importantes do planejamento educacional.

Em alguns casos, as pessoas, metas do planejamento educacional, parecem ter objetivos diferentes daqueles que o sistema educacional estabelece para elas.

Numa primeira abordagem supõe-se ser esta a melhor descrição para uma situação na qual o sistema educacional apregoa a equalização das oportunidades de escolarização e o sistema polí-

tico acena com a obrigatoriedade da escolarização e, simultaneamente, percebe-se que nem todos vão à escola, que é grande o número de analfabetos, que é maior ainda o número de analfabetos funcionais, e que muitos daqueles que se matriculam, abandonam a escola após tentativas mal sucedidas de progredirem no sistema educacional.

Uma outra maneira de ver as pessoas que não estão integradas às tarefas de conquista dos objetivos propostos pelo sistema educacional é considerar que tais pessoas podem ter sido efetivamente expulsas do referido sistema, postas à margem, através de uma série de mecanismos de discriminação.

1.2 - O problema

O presente trabalho se propõe a investigar algumas das relações entre a estrutura econômica de produção e o sistema educacional em três Estados brasileiros: Piauí, Pernambuco e São Paulo, objetivando tentar explicar o perfil educacional do primeiro através da comparação com os dois últimos.

O ponto de partida foi a constatação de um acentuado contraste entre os estados educacionais das populações piauiense, pernambucana e paulista, feita com base em observações empíricas e na leitura de documentos de descrição, análise, avaliação e planejamento educacional, econômico e demográfico (IBGE, 1977; Governo do Estado do Piauí, 1974).

Este contraste parecia integrar o elenco mais amplo de desigualdades na distribuição espacial dos resultados do crescimento econômico a que se convencionou chamar "a questão regional brasileira". No caso do Piauí e São Paulo, o referido desequilíbrio se reflete no predomínio de atividades agrícolas na economia do primeiro, e das atividades industriais na economia do segundo. Tais características pareciam relevantes para a explicação da diferença entre os estados educacionais das populações consideradas (Denslow, 1977; Singer, 1977).

A desigualdade educacional acima citada, diz respeito aos índices de alfabetização e curso completo das pessoas de 10 anos e mais. Em 1970, como pode ser visto na tabela 1, os índices de alfabetização no Piauí, Pernambuco e São Paulo são, respectivamente, 37%, 49% e 82%. Os índices mostram também diferenças acentuadas quanto à urbanização. Cerca de 4/5 da população paulista habita as cidades, enquanto no Piauí a população urbana não chega sequer a 1/3 da população total.

TABELA 1

PERCENTUAIS DE ALFABETIZAÇÃO ENTRE AS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS E URBANIZAÇÃO EM ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E NO BRASIL: 1970

Unidades da Federação	% Alfabetização	% Urbanização
Piauí	37,82	32,10
Pernambuco	49,10	54,46
São Paulo	82,51	80,33
Brasil	66,63	57,15

FONTE: Tabelas 13 e 14.

Os números da Tabela 1 dão uma primeira idéia do tamanho da disparidade existente.

A partir da percepção destes aspectos da realidade, isto é, da desigualdade educacional e de estrutura econômica de produção entre duas regiões brasileiras, procurou-se uma teoria capaz de integrá-los num todo coerente e de explicá-los em termos de suas mútuas vinculações e das tendências históricas de suas evoluções. Com isto intentou-se estudar a educação em interação com a base econômica da sociedade da qual faz parte, na suposição de que assim procedendo se melhora e amplia a compreensão sobre ambas.

1.3 - Procedimentos

A análise aqui realizada se preocupará em explicar o perfil educacional do Piauí, através de procedimentos comparativos. Essa comparação se fará através da conjugação simultânea de duas perspectivas: a sincrônica, que consistirá na mensuração das disparidades porventura existentes entre aquele Estado e outras Unidades da Federação; e a diacrônica que consistirá na avaliação das tendências de evolução das possíveis desigualdades, desde uma origem cronológica estabelecida em 1940 até a década de 1970.

Uma maneira de explicar essas desigualdades seria tomá-las como reflexos, no plano superestrutural, do modelo e das necessidades nacionais e internacionais de acumulação de capital, reproduzidos e reduzidos ao nível estadual ou sub-regional. Dito

de outra forma: o modelo estadual se insere no nacional, o qual reflete as conjunturas de acumulação de capital a nível internacional (Moreira, 1979, p. 18).

A referência central é a análise da evolução sócio-econômica do Brasil num quadro de dependência. Isto já supõe um processo evolutivo determinado pelo modo como se deu aqui a acumulação de capital. Considerando-se a delimitação cronológica do período sob estudo, tem-se, de um lado, o chamado "processo de industrialização por substituição de importações" regionalmente localizado no Sudeste, o qual fixa, de maneira definitiva, a concentração industrial em São Paulo; de outro, o afastamento do Nordeste dos mercados internacionais de produtos primários (açúcar, algodão e, particularmente no caso do Piauí, cera de carnaúba e couros), fenômenos que significam a redefinição das relações entre as regiões brasileiras em termos de perda de autonomia relativa das regiões periféricas, simultaneamente ao crescimento da importância e poder das regiões centrais, no caso representadas por São Paulo.

A seguir, discute-se as relações entre economia e educação, tomadas como variáveis explicativa e explicada. Prossegue-se analisando descritivamente o desempenho das variáveis educacionais, tentando-se, após, uma interpretação de suas vinculações com as variáveis econômicas.

2 - ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO BRASIL

2.1 - Introdução

No presente capítulo se procede a uma breve incursão à formação histórica e econômica do Brasil, com o objetivo de situar as linhas gerais da evolução do Sudeste e Nordeste.

A intenção de explicar o estado educacional da população piauiense, a partir da análise das relações entre estrutura econômica de produção e educação, exigiu que a investigação a respeito da formação histórica e econômica das regiões consideradas se estendesse muito além dos limites cronológicos e espaciais estabelecidos para o trabalho (1940/70), já que a compreensão das diferenças inter-regionais, tais como se apresentam no presente, só é possível, rastreando-se suas origens no passado colonial do país.

Essa tarefa, ainda que realizada suscintamente, estabelece o referencial mínimo necessário à inteligência dos fenômenos aqui considerados.

A posição que o Brasil contemporâneo ocupa na divisão internacional do trabalho decorre também de fatores tão remotos quanto a sua própria inserção neste mercado, a qual, por sua vez, é consequência da superação do feudalismo em Portugal e das decisões ligadas à criação de novos mercados, à colonização das terras descobertas e a fatos conexos.

Evidentemente um estudo de tal extensão foge completamente ao escopo do presente trabalho. Entretanto, é imprescindível ter em mente as linhas gerais deste desenvolvimento para conseguir-se uma compreensão mais clara e aprofundada da realidade contemporânea.

Com o objetivo de estabelecer este referencial, elaborou-se o presente capítulo, o qual aborda, além do desenvolvimento histórico, a situação de dependência e a especialização regional, e tende, à medida que se aproxima do presente, a enfatizar a situação educacional dos Estados considerados neste estudo.

A discussão sobre a evolução histórica e a situação de dependência é, fundamentalmente, uma discussão sobre desenvolvimento econômico e social. Para levá-la a bom termo é necessário que se posicione o Brasil em relação aos demais países. Essa classificação é feita com base em diversos fatores.

Existem várias tipologias que podem ser empregadas para este fim. Uma das mais conhecidas é a que se baseia no padrão renda "per capita". Nesse caso, estabelece-se uma renda limite, acima da qual situam-se os países desenvolvidos e abaixo da qual

encontram-se os subdesenvolvidos. Esta tipologia, aparentemente tem a vantagem de contar com um critério de seleção objetivo e precisamente mensurável: a renda expressa em dólares americanos ao câmbio de uma determinada época. Lacoste (1977) lembra, entretanto, que a renda "per capita", exclusivamente, não significa muito pois o valor da renda nacional é função da produção comercializável e sua distribuição média reflete apenas indiretamente o nível de vida da população. Ilustra bem este problema o fato de os países exportadores de petróleo terem, simultaneamente, altíssimos índices de renda "per capita" e analfabetismo.

Neste trabalho, utiliza-se a tipologia proposta por Cardoso & Faletto (1977) em sua análise integrada do desenvolvimento. Esses autores estabelecem duas categorias: as sociedades centrais (dominantes) e as periféricas (dependentes) e consideram que entre ambas existe mais que uma diferença de grau ou estágio de desenvolvimento econômico e social, ou do sistema produtivo: são categorias que se distinguem pela posição (função) que ocupam dentro da estrutura internacional de produção econômica, e entre as quais se reconhece uma nítida relação de dominação/dependência.

2.2 - O desenvolvimento

As transformações da sociedade portuguesa nos séculos XV e XVI, provocando a superação do feudalismo e o surgimento do capitalismo, tiveram várias consequências importantes.

Uma delas é a descoberta do Brasil, acontecida na estei-

ra das grandes viagens de procura de novos mercados, fato que influencia todo o seu desenvolvimento posterior, seja enquanto Colônia, seja enquanto Nação formalmente independente, já que determina, na origem, o modo como a região, que posteriormente constituiria este país, se integraria ao modo capitalista de produção.

A partir desta origem, a atividade econômica que aqui se desenvolveu caracterizou-se por estar voltada para os mercados e centros de decisão externos e ser deles dependente, conhecendo momentos de euforia ou depressão de acordo com o estágio de evolução do capitalismo nos países centrais.

Assim é que a atividade açucareira tem um mercado europeu, com a Holanda cuidando do refino, distribuição e lucros, e Portugal atuando como um intermediário de importância secundária; a mineração vai financiar o deficit comercial português e a revolução industrial inglesa, será substituída pelo algodão, café, borracha, produtos que em diferentes momentos da evolução histórica do Brasil crescem em importância na pauta de exportações.

No plano político e cultural, a dependência econômica se reflete na conformação das instituições sob interesses dos grupos externos dominantes e seus aliados locais - o setor exportador - e na submissão aos padrões importados (Furtado, 1977; Sodré, 1967 e 1974).

2.2.1 - A integração ao modo capitalista de produção

A evolução histórica do Brasil constitui-se, então, fundamentalmente, na história da sua integração ao modo capitalista de produção. Quando tal integração se dá, verifica-se também um crescimento demográfico, uma expansão de fronteiras, um crescimento da renda interna, dos impostos, das importações e exportações. Quando a integração se enfraquece, há uma retração à economia de sobrevivência, chegando-se, nos casos mais severos, ao desaparecimento da moeda e dos mercados. Algumas regiões, seja por sua distância, seja por seu afastamento das rotas comerciais ou por suas características ecológicas, jamais realizaram uma integração satisfatória aos mercados nacionais ou internacionais.

O objeto do presente estudo está diretamente relacionado a estas diferenças de integração das várias regiões brasileiras (especificamente Nordeste e Sudeste) ao modo de produção capitalista e suas conseqüências no plano educacional.

Sodré (1967), estudando a formação histórica do Brasil, situa nos diferentes graus de integração econômica das suas regiões, uma das origens daquilo que se conhece como "a questão das diferenças regionais". Deste ponto de vista, Nordeste e Sudeste apresentam um comportamento extremamente interessante de ser observado ao longo de uma evolução histórica de mais de 400 anos. O Nordeste, desde o século XVI, se apresenta dividido em duas regiões complementares: aquela da produção do açúcar e aquela da criação do gado. O açúcar de cana é um produto tropical elaborado com base no trabalho escravo, destinado à exportação, que exige grandes capitais para o início das atividades e para a reposição da força de trabalho, mas que nos primeiros tempos tem altíssima

rentabilidade. A criação de gado, por sua vez, não supõe aquela acumulação nem apresenta rentabilidade similar, entretanto, funciona predominantemente com base no trabalho livre, utiliza as terras do interior, mais pobres e secas e tem uma grande flexibilidade quanto à demanda. A criação de gado e a produção de açúcar, são atividades vinculadas; o criador fornece aos engenhos a carne e os couros necessários à alimentação e à confecção dos objetos de uso doméstico, vestuário, calçado, armazenamento, móveis e demais utensílios.

A atividade açucareira é extremamente lucrativa até a metade do século XVII. A partir de então, a superprodução aliada à concorrência antilhana, faz com que os preços do açúcar sofram uma queda secular, entremeada de crises. Nestes momentos, a atividade pastoril absorverá os excedentes de mão-de-obra da produção açucareira e reduzirá suas atividades ao nível da sobrevivência. A decadência dos preços do açúcar fará com que os engenhos forneçam a mão-de-obra solicitada sucessivamente pela mineração, algodão e café.

O Sudeste, particularmente São Paulo, atravessa os dois séculos iniciais do período colonial, numa situação de estagnação. Entretanto, a necessidade de mão-de-obra e de animais de carga levou os paulistas a grandes viagens de penetração pelo interior e em direção ao sul, preando índios, negociando tropas ou saqueando as reduções jesuíticas. Estas atividades as mostraram economicamente rentáveis e sua maior intensidade corresponde ao apogeu da mineração. A enorme lucratividade da mineração é seguramente uma das causas do desenvolvimento de São Paulo, neste pe-

ríodo, pois ela provocava uma extrema especialização da mão-de-obra escrava ou livre, nela envolvidas, o que permitia que as regiões marginais realizassem as tarefas menos remuneradoras como transportes, produção de alimentos, comércio, etc. A exaustão relativamente brusca das minas de ouro no final do século XVIII significa o fim da principal fonte de financiamento das atividades dos paulistas e leva a região a um outro período de estagnação que vai se prolongar até meados do século XIX. Desta época até o presente, o Sudeste vai paulatinamente se destacando do conjunto das demais regiões brasileiras, pelo seu crescimento econômico, demográfico, urbano e educacional, e pelo seu processo de industrialização que tem como base e ponto de partida a infraestrutura do café, mas que durante o século XX, diversifica-se, ganha independência e finalmente passa a ser o setor mais dinâmico da economia brasileira.

2.2.2 - As linhas gerais da evolução

Esta é, em linhas gerais, a evolução das duas regiões. A especialização nordestina em produtos primários (açúcar, gado e algodão) e a sua dependência com respeito aos mercados externos levou a região a crises e impasses não solucionados até o presente e que consubstanciam uma situação de extrema desigualdade na posse da terra, na distribuição da renda, no acesso à educação, saúde e serviços. O Sudeste, partindo de uma situação inicialmente menos favorável, pôde, principalmente no século XX, aproveitar-se de algumas situações conjunturalmente favoráveis como as duas guerras mundiais, a crise de 1929, a decadência da agricul-

tura de exportação nordestina e a política de substituição de importações, para implantar um parque industrial. Essa industrialização, regionalmente localizada, resgatou a Região Sudeste da estrita dependência ao mercado internacional de produtos primários.

São, como se vê, dois processos evolutivos orientados distintamente, que têm em comum o fato de ocorrerem num mesmo espaço geo-político e de serem ambos "voltados para fora"; a estrutura de cada uma das regiões pode ser explicada a partir das características da atividade exportadora dominante (Castro, 1971) a qual é, por sua vez, determinada pelo comportamento do seu respectivo mercado externo e em termos de quase exclusividade, face à insignificância das relações inter-regionais.

Configura-se então, entre as regiões Nordeste e Sudeste, uma diferença estrutural, que tende a aumentar com o tempo e que pode ser descrita como a concentração de capitais, bens e serviços, nesta última, o que, face à quantidade limitada de recursos existentes, significa, em termos práticos, o esvaziamento de uma região em favor da outra.

A ocorrência de concentração regional tem origem na maneira como o país se integra ao capitalismo internacional e como se organizam internamente os espaços de produção. No plano da divisão internacional do trabalho, o país foi caracteristicamente um exportador de produtos primários. No plano interno, se refletem e se reproduzem aquelas relações existentes no plano internacional, isto é, verifica-se uma especialização regional que, no período estudado (1940-1970) tem no Sudeste - São Paulo - a li-

derança industrial.

2.2.3 - Dependência e conjuntura

Assim, seja ao nível da divisão internacional do trabalho, seja ao nível da divisão regional, os preços, tipos, quantidades e qualidades dos produtos são determinados pelos mercados externos, os quais escapam, evidentemente, a qualquer possibilidade de controle ou às decisões de natureza política ou econômica voltadas para atender os interesses locais.

Evidentemente, um esquema interpretativo desta natureza tem severas limitações. Caracterizar o Brasil, no período de 1940 a 1970, como um exportador de matérias primas e alimentos é uma simplificação algo grosseira, ainda que verdadeira (Silva, 1976). O país fez parte daquele grupo que, ao final da segunda guerra mundial, parecia capaz de alcançar um desenvolvimento auto-sustentado (Cardoso & Faletto, 1977), perspectiva que, entretanto, não se viabilizou.

Por outro lado, a dinâmica interna do desenvolvimento do capitalismo internacional, as guerras, choques de interesses e conflitos econômicos e políticos diversos permitiram a alguns países tirar proveito de situações conjunturalmente vantajosas. No caso brasileiro, essa complexa rede de tensões e interesses permitiu em certo momento a implantação de um parque siderúrgico, o monopólio estatal do petróleo e uma certa margem de sucesso na política de substituição de importações.

Assim, o período de 1940/70 corresponde à etapa de superação do predomínio agrícola pelo industrial, nas atividades econômicas. É o período que vai assistir à integração do mercado nacional e a respectiva redistribuição de poder econômico e político entre setores das classes dominantes, entre regiões e onde o processo acelerado de urbanização leva ao predomínio da população urbana sobre a rural.

2.2.4 - Relações de força no plano interno

A redistribuição das estruturas de poder e, principalmente, das estruturas econômicas de produção, não se dá homogênea-mente por todo o território nacional. Bem ao contrário disto, observa-se a concentração das atividades agrícolas e industriais mais rentáveis, na região Sudeste. Ao Nordeste cabe, nesta divisão, aquelas atividades agrícolas de mais baixa rentabilidade, baseadas nas técnicas agrícolas tradicionais, de baixa produtividade.

As desigualdades destas distribuições refletem, com muita clareza, as relações de força que lhes são subjacentes. Dito de outra forma, o que se assiste neste período é o esvaziamento político e econômico do Nordeste, provocado pelas modificações na estrutura econômica de produção do país, as quais, em última instância, têm seu motor no processo de desenvolvimento do capitalismo.

Pesquisas realizadas em diversas regiões brasileiras por

Lopes (1978), Haddad (1975), Cano (1977), Mello (1978) e Scarfon (1979) parecem concordar com as linhas gerais desta análise. A caracterização de São Paulo como o centro mais dinâmico e desenvolvido do capitalismo nacional e do Piauí como um dos Estados onde o desenvolvimento capitalista é mais incipiente, é fato pacífico.

Cunha (1978), Freire (1979) e Saviani (1979) julgam perceber, no sistema educacional, os reflexos da organização e do sistema econômico de produção como os acima descritos.

O interesse deste trabalho é compreender melhor as relações entre as transformações econômicas e sociais e a evolução da educação nas Unidades da Federação. Pretende-se não somente captar as diferenças de evolução da educação, mas também ver em que medida elas se explicariam, a partir das transformações econômicas e sociais ocorridas no período analisado.

2.3 - A evolução de uma região periférica

A evolução do Piauí se constitui num crescimento dependente de dois pólos: o regional, formado pelo Estado de Pernambuco; e o nacional, representado por São Paulo, ambos muito claramente determinados, a partir da análise do fluxo de mercadorias, serviços e capitais que penetram no Estado, neste período.

Esta dependência, de acordo com Furtado (1975), poderia ser explicada em termos de subdesenvolvimento, o qual teria sua

origem fundamentalmente localizada:

- a) na maneira como o Estado e, em última análise o país, se inserem na divisão internacional do trabalho;
- b) nas modificações das formas de consumo (principalmente modernização); e
- c) na diversificação dos bens, produtos e serviços, desacompanhada da assimilação da respectiva tecnologia.

A continuidade e o agravamento da dependência se explicam pelas transformações ocorridas na divisão internacional do trabalho, do seguinte modo: a partir de um determinado momento, a demanda de produtos primários no mercado internacional estaciona ou mesmo diminui. Os países produtores de matérias-primas voltam-se, então, para a industrialização como uma forma de manter suas taxas de crescimento econômico e oferta de empregos. Entretanto, como a industrialização orientada para o consumo moderno implica em altos níveis de capitalização, incompatíveis com as economias subdesenvolvidas, o processo de industrialização se direciona para uma pequena fatia do mercado - as camadas de alto poder aquisitivo - com o que se comprometem definitivamente as possibilidades de superação do desenvolvimento.

Ainda de acordo com o mesmo autor, uma das características básicas das estruturas subdesenvolvidas é a não difusão, ao conjunto das atividades produtivas, dos padrões de modernização que se verificam junto ao consumo; esta não difusão ou não homogeneização da tecnologia de produção, caracteriza o desenvolvimento excludente.

Por outro lado, a diversificação dos bens e serviços associada à contínua inovação tecnológica - essenciais à economia capitalista - funcionam no sentido de manter e reforçar as relações de dominação/dependência, tanto no plano regional quanto internacional.

A respeito das diferenças entre os países contemporaneamente desenvolvidos e subdesenvolvidos, considera-se aqui os aspectos levantados por Bettlheim (1976, p. 53), a saber:

- os países hoje industrializados não foram economicamente dependentes no passado;
- a estrutura de produção destes países não possuía setores hipertrofiados em função dos mercados externos;
- estes países não sofreram a forte penetração de capitais estrangeiros;
- sua evolução não dependeu do desempenho de produtos primários nos mercados internacionais;
- os países hoje desenvolvidos, não estiveram submetidos a pesadas obrigações dos juros, direitos, "royalties", licenças de fabricação e outros custos pagos ao capital internacional;
- a indústria destes países, em seus estágios iniciais, não enfrentou a concorrência de indústrias poderosas, já instaladas, solidamente apoiadas e controlando todo o mercado;
- estes países não dependeram da importação de equipamentos;
- no passado, a economia dos países hoje desenvolvidos era evidentemente pequena, se comparada às atuais, entretanto, era também equilibrada, integrada e autocentrada.

Estes aspectos são suficientes para demonstrar que os países hoje atrasados são qualitativamente diferentes dos atrasados do passado (hoje desenvolvidos), e que não existe evidência alguma que suporte a idéia de um modelo único, comum e linear de desenvolvimento a ser compartilhado por todos os países.

Assim, a industrialização enquanto solução, revelou-se apenas mais um mecanismo de manutenção da dependência das economias subdesenvolvidas, além de desorganizar a economia tradicional, forçar o desemprego e a marginalidade econômica de amplos setores da população.

Segundo Furtado (1975), o subdesenvolvimento pode caracterizar-se como uma situação de dependência estrutural, na qual as regiões subdesenvolvidas, dispõem de uma ínfima margem de liberdade para a definição de objetivos econômicos próprios.

O esvaziamento econômico contínuo em favor dos pólos capitalistas mais adiantados, por sua vez, tem várias consequências desastrosas para o desenvolvimento possível das regiões subdesenvolvidas: produz um enorme contingente de trabalhadores paupérrimos, provoca a concentração da propriedade fundiária, dirige a produção para os mercados externos e arruina os pequenos produtores artesanais locais, através de um fluxo contínuo de mercadorias e produtos industriais de preços mais competitivos (Baran, 1977).

Estes fatores impedem a acumulação de capital mínimo necessário à deflagração e manutenção de um processo de desenvolvi-

mento auto-sustentado.

2.3.1 - Caracterização regional

Desta forma pode-se caracterizar a Região Nordeste como um pólo regional de dependência estrutural e, levando-se em conta que os fatores que condicionam o desenvolvimento não são exclusivamente econômicos (Cardoso & Faletto, 1977), cabe analisar, entre outros, os aspectos centrais do perfil educacional da Região.

Historicamente, as iniciativas educacionais brasileiras evidenciam preocupações com uma educação não universalizada, isto é, uma educação restrita à formação das elites locais (Ribeiro, 1978).

Estas considerações, indicam uma concentração ou um quase monopólio da Educação por parte dos extratos superiores da sociedade, monopólio este que, inerente ao tipo estrutural da sociedade considerada - no caso, sociedade de classes - e corresponde à maneira pela qual nela se processa a distribuição dos bens e serviços disponíveis (Pereira, 1973).

2.3.2 - Explicações conjunturais e estruturais

As tentativas de explicação do desempenho educacional diferenciado das regiões Sudeste e Nordeste podem, numa primeira abordagem, ser divididas em dois grupos:

- a) as conjunturais, que vêm neste fenômeno apenas seus aspectos particulares, espacial e cronologicamente situados;
- b) as estruturais, que procuram associar o desempenho da educação aos demais aspectos da vida sócio-econômico-cultural da sociedade brasileira, às articulações desta, no plano internacional e suas modificações no tempo.

As explicações conjunturais se alimentam de um referencial teórico que reduz toda a problemática educacional a um dos aspectos particulares do processo ensino-aprendizagem, aos métodos ou aos escassos recursos tecnológicos, ou ainda, à responsabilidade do alunado, enfim, à situação de subdesenvolvidos.

As explicações estruturais supõem, em primeiro lugar, uma caracterização histórico-espacial da região considerada, bem como de suas articulações nos planos internacional e inter-regional e de seus aspectos econômicos, culturais e demográficos.

A importância de pesquisas orientadas no sentido de oferecer evidência empírica a estas explicações é comentada, entre outros, por Ribeiro Neto (1971, p. 715), o qual aponta a relevância da investigação para a elaboração de um planejamento educacional baseado na realidade social.

Izquierdo (1973) enfatiza este aspecto, e chama ainda a atenção para a relevância da identificação da direção e intensidade das mudanças sociais e do papel que pode ser estritamente atribuído à educação, como condições para o planejamento educacional e para a orientação de tomada de decisão política relati-

va à educação.

A pertinência das investigações de natureza econômica a respeito da educação é comentada por Medeiros (1978), o qual afirma que resultados frequentemente atribuídos à educação, têm causa diversa (sócio-econômica, informação, etc) fato que leva à elaboração de políticas educacionais equivocadas e não compatíveis com as necessidades sociais e econômicas.

Um tipo de vinculação entre economia e educação através do consumo - é discutido por Paro (1978, p.101). Este autor considera que o ensino elementar possibilita a sensibilização dos indivíduos pela propaganda, estimula suas aspirações e cria novas necessidades - decorrentes da elevação do nível cultural - gerando assim uma estrutura de consumo.

*

Outro tipo de vinculação, também apresentado por Paro, diz respeito à qualidade dos recursos humanos, à sua produtividade, sua capacidade de resolver problemas através de um pensamento criador e de adaptação às novas situações, qualidades estas que não decorrem de um treinamento profissional específico, mas sim da educação geral regular. Nesta perspectiva, por exemplo, a existência em 1973 de 23% de analfabetos na força de trabalho brasileira (Paro, 1978); 40% em atividades agrícolas e 11% em atividades não agrícolas - torna duvidosas as possibilidades de um rápido desenvolvimento econômico e social.

As vantagens de uma abordagem do tipo histórico-estrutural são discutidos por Lopes (1971), que caracteriza esta pers-

pectiva de análise da realidade como constituída por investigações sociológicas e econômicas dos processos educativos, nas quais estes processos são interpretados em termos das transformações globais da sociedade e da economia, mudanças que, por sua vez, constituem o processo de desenvolvimento. Ainda de acordo com este autor, são aspectos importantes deste tipo de enfoque, a determinação da posição ocupada pela sociedade e economia consideradas (em termos de país) em face às demais nações, posição esta que é explicitada pela natureza dos vínculos econômicos e culturais que os unem e que correspondem à maneira como o país se insere na divisão internacional do trabalho e suas estruturas ocupacional e de produção.

No próximo capítulo serão discutidas algumas teorias explicativas, na linha histórico-estrutural.

3 - DISCUSSÃO DE ALGUMAS TEORIAS EXPLICATIVAS

Após a breve exposição de alguns aspectos da evolução histórica e econômica do Brasil, se discutirão algumas teorias que buscam explicar o processo evolutivo acima referido como parte de um processo mais geral de desenvolvimento do capitalismo.

3.1 - Disparidades regionais

A reflexão sobre a realidade brasileira contemporânea suscita indagações a respeito da maneira desigual com que se procede à distribuição da renda, propriedade, bens e serviços pelo território nacional e pelas classes sociais. É particularmente clara a desigualdade no tocante às oportunidades educacionais. Percebe-se que a mesma educação parece ter desempenho e eficiência consistentemente diferenciados, favorecendo, ao que tudo indica, a algumas classes e regiões (Gouveia, 1980).

Essas diferenças, no que se refere à distribuição espacial, configuram aquele quadro geral de problemas que se convencionou chamar a "questão regional brasileira", a qual diz respei-

to às disparidades que se estabeleceram, se mantêm e se agravam entre as diversas regiões do País. Essas disparidades são fundamentalmente econômicas e decorrem da maneira como se dá a evolução do sistema capitalista nas economias periféricas.

O presente estudo, trata das desigualdades de estado ou situação educacional das populações do Piauí, Pernambuco e São Paulo, objetivando compreender o perfil educacional do primeiro através da comparação com os dois últimos.

De forma um tanto esquemática, estes Estados podem ser considerados como três momentos distintos de evolução do capitalismo no Brasil. No que interessa ao presente trabalho, este desenvolvimento tem origem na acumulação de capital centrado nas atividades agrícolas orientadas para o mercado externo. Avança para um processo de acumulação, baseado predominantemente em atividades industriais, do qual o setor agrícola passa a ser apenas um modo dependente de acumulação.

Ao longo deste eixo, isto é, da passagem do agro ao industrial como modo de acumulação preponderante, situam-se os três momentos acima citados.

Em estudo a respeito desta transformação, Lopes (1978, p.5) caracterizou São Paulo como o "foco central da acumulação de capital no país", e o Piauí como a "periferia da periferia". Esta caracterização reforça o referencial que neste trabalho se pretende construir e centra no desenvolvimento econômico o foco da análise. Pernambuco ocupa neste esquema uma posição intermediária. Foi, no pas-

sado, o centro econômico do país, mas tem assistido a uma secular e progressiva deterioração do valor de seu produto mais importante: o açúcar.

Neste quadro de desequilíbrios, o Nordeste contemporâneo resulta de uma evolução histórica baseada em estruturas defasadas, que atuaram e atuam como um impecilho à mudança e ao desenvolvimento econômico e social e que explicam parte do contraste que se estabeleceu entre essa Região e o Sudeste. Exemplifica bem o agravamento das desigualdades citadas acima, o fato de, no período compreendido entre o primeiro recenseamento geral e hoje, a participação do Nordeste na população e renda brasileiras haver diminuído de 46% para 30% e de 50% para 16%, respectivamente (IBGE, 1977).

O Sudeste, principalmente São Paulo, é a região onde se verificou a evolução mais rápida no sentido do desenvolvimento capitalista, a urbanização mais acelerada, o predomínio de atividades urbano-industriais, a substituição do campesinato pelo proletariado rural puro e a massiça capitalização do campo, através da tecnificação da agricultura.

No Nordeste, a urbanização tem características diferentes. O crescimento das cidades é acima de tudo um indicador de crise no campo. As cidades não conseguem estabelecer os nexos urbano-industriais capazes de assegurar o desenvolvimento urbano e vivem à braços com amplas camadas de população em situação de sub-emprego e marginalidade econômica. A este respeito Pereira (1976) chama a atenção para a necessidade de distinguir-se, analítica-

mente, as duas dimensões da urbanização acima citadas, isto é, a "urbanização citadina" e a "urbanização generalizada". A primeira correspondente à etapa de predomínio de atividades agrárias, a segunda correspondente à dominação econômica do urbano-industrial sobre o rural. No campo, prevalecem as distorções de uma estrutura que se caracteriza pelo latifúndio extensivo tradicional à margem do qual se localiza uma grande quantidade de pequenas propriedades, economicamente inviáveis, seja pelo tamanho, seja pela inexistência de capital para financiar os insumos agrícolas.

No período de 1940/70, o Nordeste caracteriza-se como uma região fornecedora de mão-de-obra e produtos primários àquelas outras mais desenvolvidas ou que conjuntamente se constituam num pólo de demanda. A economia nordestina se funda no açúcar e no algodão e suas crises correspondem às que esses produtos enfrentam no mercado.

Entre os Estados da região Nordeste, por sua vez, observa-se um desequilíbrio similar àquele que existe entre as regiões brasileiras.

3.2. - Discussão de alguns indicadores

A tabela 1 mostra os percentuais de alfabetização e urbanização de São Paulo, Pernambuco e Piauí e a média brasileira, em 1970.

A tabela 2, por sua vez, se reporta à evasão escolar e ao ingresso no ensino superior. Pode-se verificar ali, que dos alunos matriculados na primeira série em 1960, no Piauí, apenas 9,78% chegaram à quarta série do ensino elementar em 1963, e destes, apenas 0,6% conseguiram aprovação no vestibular em 1971. Em Pernambuco, 12,99% chegam à quarta série e 3,46% conseguem aprovação no vestibular em 1971. Em São Paulo, os índices para matrícula na quarta série e aprovação no vestibular são de 39,03% e de 12,54%, respectivamente.

TABELA 2
PERCENTUAIS DE EVASÃO ESCOLAR E APROVAÇÃO NO VESTIBULAR EM ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E DO BRASIL

Unidades da Federação	Matrícula na 1. ^a série - 1960 %	Matrícula na 4. ^a série - 1963 %	Aprovação no vestibular - 1971 %
Piauí	100,00	9,78	0,60
Pernambuco	100,00	12,99	3,46
São Paulo	100,00	39,03	12,54
Brasil	100,00	23,24	4,83

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1978. p. 247.

A aguda seletividade evidencia-se no fato de que, no Piauí, de cada 1.000 alunos matriculados na primeira série, apenas 6 chegam à universidade, contra 35 em Pernambuco e 125 em São Paulo.

Outro indicador do desequilíbrio inter-regional é a "esperança de vida ao nascer"; aqui a diferença entre o Nordeste Central e o Sul do país, em 1970, chegava a 25 anos (Haddad, 1975).

Em todos os casos, os números parecem suficientes para evidenciar uma situação de extrema desigualdade entre as duas regiões consideradas. Os números mostram o Nordeste e particularmente o Piauí ocupando sempre uma posição desvantajosa.

3.3 - Dualidade estrutural

Diversos autores (Smolka & Lodder, 1975; Scarfon, 1979; Silva, 1976) consideram tais desequilíbrios como o reflexo da existência no seio de uma mesma economia, de estruturas de produção em diferentes estágios de desenvolvimento capitalista. Essa dualidade estrutural é típica das economias subdesenvolvidas, nas quais a acumulação de capital se faz acompanhar sempre de aumento da desigualdade, consequência de uma tendência à concentração dos benefícios do crescimento econômico. Com isto, restringe-se o espaço de produção, com a redução e até mesmo a perda da autonomia da região.

Lopes (1978), analisando as relações de produção vigentes na agricultura brasileira, descreve dois tipos de trabalhador rural. O primeiro deles, o proletário rural puro, assalariado, cuja principal zona de atuação é o Sudeste, é tipificado na figura do bôia-fria, volante ou clandestino, habitante da periferia das cidades aonde chegou após a expulsão do campo e ao qual retorna apenas em épocas determinadas, para desempenhar tarefas cuja mecanização ainda não é econômica ou tecnicamente viável, tais como a colheita do café, algodão, frutas, hortaliças. Os trabalhadores são empregados também quando a topografia do terreno dificulta a

mecanização. As tarefas acima descritas são de duração limitada, o que confere ao proletário rural também o caráter de trabalhador temporário ou sazonal.

O segundo tipo descrito por Lopes, constitui parte ponderável dos trabalhadores rurais do Nordeste e praticamente a totalidade dos trabalhadores rurais do Piauí, no período de 1940/70. Esses são os agregados, moradores, parceiros ou formas equivalentes. Eles ocupam uma fração do latifúndio para moradia e plantio de pequenas roças. Pagam o aluguel da terra com dias de serviço gratuito prestados ao proprietário ou com parte da produção ou com ambas as coisas. Ao nível das relações de produção, a característica mais marcante destes trabalhadores é o fato de não receberem um salário em moeda e estarem obrigados à prestação de serviço gratuito.

O primeiro tipo - proletário rural puro - corresponde à vigência de relações de produção plenamente capitalistas. O segundo, exemplifica relações de produção não capitalistas. Parece que um aspecto fundamental das diferenças entre São Paulo e Piauí localiza-se nas relações de produção.

3.4 - Relações de produção

A existência dessas diferenças significa que em São Paulo a agricultura evoluiu rumo a uma economia rural tipicamente capitalista, enquanto no Nordeste, e particularmente no Piauí, tal não ocorreu. No Nordeste, ao contrário, o ritmo de crescimento

dos principais produtos agrícolas - açúcar e algodão - é desacelerado e a competição nos mercados internacionais torna-se inviável pelos elevados custos de produção baseada numa tecnologia obsoleta. Em decorrência disto, esses produtos passaram a competir com os do Sudeste, no mercado interno, em condições também muito desvantajosas. Estes fatores explicam a interrupção do crescimento do Nordeste e em alguns casos a redução, em termos absolutos, da produção.

Essa configuração de São Paulo e Nordeste em termos de relações de produção deve ser entendida no seio de um processo histórico de evolução econômica. Neste sentido Srour (1978), comenta que a formação social brasileira passa a ser predominantemente capitalista a partir dos anos 50. Em São Paulo, principal centro de acumulação e desenvolvimento capitalista no país, esta transformação se faz sentir mais precocemente no campo e na cidade. No primeiro, provocando a expulsão dos moradores e colonos, transformando-se em proletários rurais, introduzindo e ampliando a mecanização e transformando os estabelecimentos agrícolas em empresas. Nas cidades, arruinando as oficinas artesanais e convertendo as manufaturas em empresas com linhas de montagem orientadas por uma tecnologia poupadora de mão-de-obra, dimensionadas em função do mercado nacional.

Lopes (1978), situa o início deste processo, isto é, a passagem da preponderância da acumulação capitalista do setor agrícola para as atividades industriais, na década de 30/40. E como a industrialização daí decorrente aproveita a infraestrutura das atividades agrícolas, comerciais e industriais ligadas ao ca-

fê (estradas, oficinas, Bancos, portos, energia, etc), essa industrialização se concentra espacialmente na região Sudeste, fato que provoca na década seguinte, quando se forma o mercado nacional interligado, a deterioração econômica, agrária e urbana das regiões periféricas, principalmente do Nordeste.

O surgimento do mercado nacional interligado, significa a quebra do isolamento do interior, através da abertura de estradas e da utilização intensiva do caminhão. Isto força a entrada, naqueles mercados, das manufaturas e produtos industriais do Sudeste, com a conseqüente destruição do artesanato regional e rural e a reorganização da vida econômica destas comunidades em função do novo centro - São Paulo.

3.5 - Concentração econômica e industrial

Oliveira & Reichstul (1973), em estudo sobre as mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil, comentam que o problema regional, já no final dos anos 50, era compreendido como um alargamento das disparidades, principalmente entre Sudeste e Nordeste, e que a redivisão nacional do trabalho se deu com base e por causa do surto industrial do Sudeste. Este fato levou o Nordeste a aumentar percentualmente sua exportação de produtos primários e importação de produtos industrializados em suas relações econômicas com o Sudeste.

Simultaneamente a estas transformações, verificou-se no conjunto do país a passagem de uma economia nacional formada por

várias economias regionais para uma economia nacional regionalmente localizada. Neste último estágio, a divisão social do trabalho já não é função do mercado regional.

Cano (1977) discute o problema da concentração industrial a nível de empresas e atribui essa tendência à inexistência de um mercado nacional e à política de concentração de propriedade e renda que tem início em São Paulo a partir de 1905/07. Depois de 1930, o crescimento industrial das demais regiões brasileiras passa a ter o caráter de complementação ou de abastecimento alimentar de São Paulo.

Historicamente, parece que o sucesso do desenvolvimento capitalista de São Paulo deveu-se à utilização mais precoce de relações de produção mais avançadas e de uma agricultura mercantil, além da diversificação de sua produção, a qual é dimensionada para atender o mercado nacional. O atraso das demais regiões deveu-se à sua fraca integração no comércio internacional, à não diversificação de sua estrutura econômica de produção e ao não desenvolvimento, nelas, de relações de produção mais avançadas.

3.6 - Desigualdades de classe

Ao longo da discussão sobre desequilíbrios regionais na distribuição das oportunidades educacionais está subjacente a questão da desigualdade das classes sociais sob o regime capitalista. A lógica da desigualdade educacional só se evidencia quando inserimos essa desigualdade no quadro maior das desigualdades e con-

tradições que permeiam e caracterizam a organização econômica e social nessa formação social. Assim procedendo, percebe-se que a disparidade educacional nada tem de acidental ou conjuntural. A desigualdade é uma característica estrutural, é talvez, seu traço mais típico, mais descritivo.

Neste contexto, as opções por políticas de concentração de propriedade e renda são feitas com base numa ideologia de dominação que supõe, numa primeira instância, a manutenção dos privilégios de classe ao nível da sociedade local e, numa segunda, a manutenção da dependência estrutural dessa economia face aos centros dinâmicos do capitalismo internacional.

O fato da existência da disparidade se contrapõe, entretanto, às intenções expressas nos programas educacionais e na legislação específica sobre o assunto. Essa aparente contradição é comentada por vários autores em termos de funcionamento de um mecanismo de dissimulação, de camuflagem ideológica, através do qual a educação encobre parte das desigualdades produzidas pela ordem econômica.

Costa Pinto (1970, cap.V), comenta esse problema, afirmando que generalizou-se a associação entre atraso e ignorância; entre desenvolvimento e educação; e que há um grande entusiasmo por campanhas e movimentos educacionais de alfabetização e assemelhados, os quais não são acompanhados de eficiência durante sua realização e muito menos de resultados. Cunha (1978, p.21-44) reafirma as linhas gerais das asserções de Costa Pinto, tratando mais especificamente da questão da fixação de requisitos educacionais, diz que a

elevação desses requisitos faz parte de um processo seletivo mais amplo, intimamente vinculado aos processos de discriminação social.

Em síntese, parece que as intenções expressas refletem uma ideologia de equalização das oportunidades educacionais, a qual se materializaria numa educação generalizada, gratuita e obrigatória, pelo menos para uma determinada faixa etária (no caso, de 7 a 14 anos). Contrastam com a ideologia equalizadora os altos índices de analfabetismo e evasão escolar, conforme se vê nas tabelas 1 e 2.

3.7 - Desigualdades culturais

Um outro tipo de discriminação que deve ser considerado simultaneamente aos acima citados e relacionado também à discrepância entre teoria e prática é aquele que ocorre quando se estabelece uma oposição entre cultura erudita e cultura popular. Aquela, veiculada pela escola, tem o "status" de cultura oficial e se confunde com a ideologia, valores e aspirações da classe dominante. A cultura popular enquanto reflexo da ideologia das classes dominadas, tem suas elaborações marginalizadas ou remetidas à categoria do folclore. Através deste procedimento, se impede a sua integração ao sistema de códigos veiculados pela escola. Essa exclusão significa, na prática, a discriminação dos portadores da cultura popular, com a conseqüente diminuição de suas oportunidades de acesso às melhores posições no mercado de trabalho, dificultando sua ascensão profissional e salarial.

Esta análise pode ser complementada com as colocações de Bourdieu (1974) a respeito da função que tem a cultura dominante de, através da fixação de um consenso (neste caso, educação associada a desenvolvimento e oportunidades educacionais associadas a redistribuição de renda), legitimar o próprio sistema de dominação.

Do ponto de vista do autor deste trabalho, Costa Pinto, Cunha e Bourdieu analisam satisfatoriamente o problema da dissonância entre teoria e prática, isto é, entre intenção de oferecer oportunidades educacionais e sua efetivação na prática escolar. Parece que a discriminação realizada neste nível tem um cunho ideológico evidente, e consiste basicamente em manter a desigualdade e disfarçá-la.

Tais análises tratam do aspecto mais geral da discriminação, isto é, a discriminação que sofrem as classes dominadas. O problema aqui considerado parece ser um aspecto particular desta discriminação, isto é, aquela que sofrem as regiões periféricas dos países subdesenvolvidos.

3.8 - Economia e educação

Várias são as teorias que estabelecem vínculos entre educação e economia. A teoria do capital humano, por exemplo, que resultou da avaliação da reconstrução econômica da Alemanha, Itália, França e Japão, após o término da segunda guerra mundial, explica tanto o sucesso daquela reconstrução, quanto os diferen-

ciais de renda e taxas de crescimento econômico entre diferentes países, a partir de diferenciais de nível educacional.

A preocupação de ordenar e sistematizar as reflexões a respeito do caráter econômico da educação, as quais já ocorriam a Adam Schmidt, no século XVIII (Castro, 1972, p.1), resultou no aparecimento, nos anos 40, da Economia da Educação. Este fato evidencia que havia se tornado banal a idéia da vinculação acima comentada. Em suma, ela se baseia numa ampliação do conceito de capital, de modo a abranger também o chamado capital humano, e na aceção da educação como investimento ligado ao aumento da produtividade do trabalho.

Neste contexto ganha preeminência o planejamento educacional o qual se orienta no sentido de viabilizar e operacionalizar aquelas teorias e conceitos em novas formulações do tipo "educação como fator de desenvolvimento econômico". Dessa forma se explicita a idéia de que a educação é capaz de desencadear um processo de modernização e de criar as condições para a acumulação de capital humano.

Neste sentido, são bem exemplificadoras as colocações de Sheehan (1973) a respeito da educação como uma atividade econômica à qual se deve aplicar os princípios de minimização dos custos e maximização dos lucros, ou as de Schultz (1973), de que a educação é um investimento cujo valor depende, predominantemente, da procura e oferta de instrução, ou ainda aquelas de Pinho (1970), de que, como resultado da educação, temos um capital cujo investimento traz resultados profícuos e prepara a população para uma

participação responsável no processo político nacional. Miner (1971) sugere que o planejamento educacional deve se vincular mais estreitamente ao econômico, isto é, o planejamento educacional deve ser um aspecto do planejamento econômico geral.

Parece fora de dúvida que existe alguma correlação entre educação e economia. Entretanto, as decorrências que deste fato se podem tirar, merecem um exame mais cuidadoso. No caso da formulação "educação como fator de desenvolvimento econômico", por exemplo, tem-se como suposto que o desenvolvimento econômico é um mesmo e universal processo linear de etapas sucessivas ao qual se podem agregar os diversos países e regiões do mundo, a partir da utilização do instrumental universalmente válido do planejamento educacional. Isto significa atribuir aos diferenciais de educação existentes entre os diversos países e regiões, o poder de causar os demais diferenciais econômicos e sociais. Temos aqui uma simplificação em termos de inversão.

3.9 - Educação e equalização

Nestas proposições, atribui-se também à educação o papel de instrumento de equalização social, face às desigualdades produzidas pelo sistema econômico. Com isto se incorre no equívoco de negar o papel discriminador da educação, ou seja, sua função de reprodução das desigualdades e, negar, ao mesmo tempo, o papel de legitimação da ordem econômica.

Cunha (1977) critica a possibilidade de equalização atra-

vês da educação. As oportunidades de escolarização não são generalizadas ao conjunto da população. Ao contrário, verifica-se a existência de grande desigualdade na distribuição das oportunidades educacionais, tanto por classes sociais quanto por regiões. Outro fator importante na manutenção das desigualdades é que as aptidões pessoais dependem da primeira educação realizada no lar, da alimentação e de um desenvolvimento psico-fisiológico produzido por uma interação familiar (principalmente entre mãe e filho) inexistente para as crianças oriundas das classes trabalhadoras.

A estes aspectos, deve-se acrescentar que a escola, enquanto instituição montada pela classe dominante para a veiculação de sua própria ideologia e valores, premia os comportamentos e aptidões coerentes com esta ideologia e valores. Uma criança de origem social não situada nas referidas classes dominantes, dificilmente teria seus desempenhos premiados, a despeito da existência de critérios objetivos de avaliação.

Por outro lado, Costa Pinto (1970, cap.V) comentando o clamor que frequentemente se faz ouvir nos países subdesenvolvidos por mais instrução, afirma que este comportamento não passa de mero escapismo através do qual se transfere para um futuro distante e, indeterminado, no qual as massas estejam educadas, a solução de todos os problemas que no presente os afligem. Com isto, se estabelece uma interessante confusão entre o alvo a ser atingido pela política de desenvolvimento (homens educados), com as condições anteriores e necessárias ao processo de desenvolvimento (o mesmo homem educado).

Aprofundando-se na análise deste problema, Costa Pinto localiza seus reflexos no plano ideológico e os descreve da seguinte maneira: "aspira-se à qualificação da mão-de-obra para que produza mais, entretanto, teme-se que o indivíduo, que é a mesma mão-de-obra vista de outro ângulo, qualifique-se também como cidadão e aspire e exija maior participação em todas as esferas da vida social e política".

O aspecto de atribuir-se à educação um poder que ela efetivamente não tem - de promover a reclassificação de indivíduos de diferente origem de classe, é comentado por Rossi (1978) e por Freire (1978) sob a rubrica de messianismo pedagógico. Estes autores discutem a crença ingênua e mais ou menos difundida no poder da educação institucionalizada de agir como alavanca de transformação da realidade, e afirmam não ser a educação que conforma a sociedade, mas, sim, esta que molda aquela em função dos interesses daqueles que detêm o poder econômico e político.

Em síntese, as críticas às propostas de equalização das desigualdades produzidas pela ordem econômica através da educação, parecem mostrar a inviabilidade deste esforço, já que as diferenças intelectivas que interessam à escola são, basicamente, expressão das diferenças de origem social, sendo, em última análise, distinções de classe.

As propostas de equalização das desigualdades criadas pelo sistema econômico através da escola, ou seja, tomar a escola como instrumento de reclassificação dos indivíduos, com base exclusivamente em suas aptidões e talentos inatos, não passam de uma dissimulação ideológica dos mecanismos de discriminação. Com e-

feito, atribuem à escola a solução dos problemas de desigualdade, sem questionarem sobre a causa mesma destes problemas, e, simultaneamente, responsabilizam o sujeito discriminado pelo seu "fracasso escolar", através de uma pretendida avaliação por critérios objetivos, com o que se legitima a discriminação.

Uma outra maneira de dissimular os mecanismos de discriminação é atribuir-lhes um caráter conjuntural. De fato, considerar que os problemas e desigualdades educacionais decorrem de uma momentânea carência de recursos para treinar professores, construir escolas, equipá-las, ampliar a quantidade e melhorar a qualidade da escolarização das crianças oriundas das classes trabalhadoras é escamotear o problema, pois, como a experiência histórica tem demonstrado, a utilização dos recursos se fez e faz sempre de modo a reproduzir a discriminação já existente, pois este é o papel da escola: reproduzir.

Uma distribuição equitativa das oportunidades educacionais seria, de acordo com Izquierdo (1973, p.6), dar o mesmo acesso à educação a todos os indivíduos que tenham as mesmas aptidões, independentemente de seu sexo, local de residência ou classe social; igualar os percentuais de participação de todas as classes sociais na educação não obrigatória; igualar a qualidade dos insumos escolares que estão à disposição dos indivíduos de todas as classes sociais; igualar os resultados que obtêm no sistema escolar, indivíduos que possuem diferentes aptidões acadêmicas.

Mesmo que respeitadas todas estas especificações, não se pode esperar atingir a equidade. A suposição de que uma maior dis-

persão das oportunidades educacionais significa uma melhor distribuição de renda é contestada por pesquisas recentes que mostram que a progressão de um indivíduo ao longo da escolarização é função de seus antecedentes sócio-econômicos (Gouveia, 1980).

3.10 - Determinação estrutural da educação

Alguns aspectos devem ser levados em conta na utilização da teoria da determinação estrutural da educação. Em primeiro lugar, há uma considerável diferença entre os setores agrícola e industrial das economias centrais e periféricas. Nessas, o setor agrícola é o grande absorvedor de mão-de-obra, chegando em alguns casos a empregar cerca de 95% do total da força de trabalho, como é o caso da Tanzânia em 1965, de acordo com Johnston & Kilby (1977). Nas economias centrais, pelo contrário, o setor agrícola é o menor empregador de mão-de-obra. Segundo os mesmos autores, Suécia, Estados Unidos e Inglaterra empregavam, na mesma época, 11%, 6% e 4%, respectivamente, de sua força de trabalho na agricultura.

Estes números mostram que o setor agrícola nas economias centrais e periféricas ocupa posições bem distintas, quase simetricamente opostas. O grande número de pessoas empregadas na agricultura evidencia baixa produtividade. Quando 95% da força de trabalho está ocupada no campo, sua produção se destina basicamente ao consumo doméstico, destinando-se ao mercado apenas um excedente marginal. Por outro lado, se apenas 4% da força de trabalho é ocupada na agricultura, supõe-se a mecanização massiva,

utilização intensiva de adubos e defensivos, sinônimos de alta produtividade e capitalização do campo.

Pode-se inferir, também, das elevadas taxas de ocupação da mão-de-obra no campo, nos países periféricos, que apenas um pequeno número de pessoas se dedica às atividades industriais. Um raciocínio análogo vale para os países centrais, evidentemente com a necessária inversão dos termos. Aqui, o setor industrial, ou melhor, o setor urbano-industrial ocupa, como é fácil de perceber, a maior parte da força de trabalho, nas atividades mais produtivas e rentáveis, encaminhando quase a totalidade de sua produção ao mercado.

E parece que o que se dá a nível de país, também ocorre ao nível inter-regional.

Na elaboração do referencial teórico do presente trabalho se retoma a questão das relações entre economia e educação, buscando-se na base econômica, mais especificamente nas estruturas de produção regionalmente diferenciadas, a explicação dos diferentes perfis educacionais regionais.

Cumprimenta, observar que na literatura de orientação histórico-estrutural em que o autor deste trabalho se apóia, aos fenômenos superestruturais determinados, se assegura uma margem de autonomia com relação à base econômica, não significando isto, uma inversão da relação de determinação fundamental da base econômica sobre as superestruturas. Tal reversão, isto é, atribuir-se à educação a capacidade de intervir, determinando a base econômica ou

a vida social é, segundo Freire (1978) um equívoco que tão somente evidencia um momento de consciência alienada. Desconhece-se uma situação historicamente dada, na qual a educação tenha efetivamente gerido a vida econômica e social ou mesmo seus próprios destinos. Bem ao contrário, pode-se identificar na base das modificações de orientação experimentadas pela educação, solicitações de natureza fundamentalmente econômica.

Examinou-se, aqui, algumas teorias de orientação histórico-estrutural. Essas teorias explicam os diferenciais regionais de estrutura de produção como características das economias subdesenvolvidas. Mostram como em consequência das tendências concentradoras de propriedade e renda se formam regiões centrais e periféricas. Essas regiões se distinguem tanto econômica quanto socialmente. As disparidades educacionais são um caso particular dentro de um quadro mais geral de desigualdades.

Nos capítulos 2 e 3, caracterizou-se São Paulo e Piauí como pólos opostos do desenvolvimento capitalista brasileiro. O primeiro é o centro de acumulação de capital, desenvolvimento social e concentração industrial. O segundo é uma região periférica, de pequena população urbana, baixo desenvolvimento social e pequena capacidade industrial.

Pretende-se explicar o estado educacional, regionalmente diferenciado da população brasileira, a partir das estruturas de produção das regiões. Com este objetivo, utilizaram-se cinco variáveis para definir estado educacional (alfabetização, curso elementar, curso médio, curso superior e curso elementar e mais)

e três variáveis para definir estrutura de produção (produto interno líquido, população economicamente ativa e urbanização).

As variáveis econômicas e educacionais foram escolhidas tendo-se em vista a utilização de indicadores censitários. O período de estudo (1940/70) foi determinado pelo tipo do estudo e pela existência dos dados.

4 - ANÁLISE EMPÍRICA

4.1 - Metodologia

O presente estudo empírico procura verificar a possível existência de associação entre a estrutura de produção e o estado educacional da população de uma região num determinado período de tempo.

Selltiz (1976, p. 76) e Van Dallen (1971, p. 245), classificam esses estudos como descritivos. Pelo conteúdo dos dados censitários utilizados e pelo intervalo de tempo, Ferrari (1979) o tipifica como uma "análise longitudinal do estado educacional da população".

As variáveis definidoras do estado educacional são a alfabetização, curso elementar, curso médio, curso superior e curso elementar e mais. As definidoras da estrutura de produção são o produto interno líquido, população economicamente ativa e urbanização.

As fontes de dados são os censos demográficos do Brasil, de 1940, 50, 60 e 70 e os anuários estatísticos do Brasil de 1972 e 1978.

4.1.1 - Limitações do estudo

A limitação mais evidente do presente estudo é a desatualização dos dados, que já se distanciam em dez anos dos últimos resultados ali considerados. E é muito provável que algumas modificações importantes tenham ocorrido no traçado do perfil educacional dos Estados pesquisados neste trabalho. Apesar disto, e com base em informações mais recentes, ainda que não de base censitária, parece que se mantiveram as tendências gerais de evolução do estado educacional das populações consideradas.

De outra parte, o simples fato de que trabalhar com dados censitários já impõe uma série de limitações que vão desde o tipo de problemas que pode ser pesquisado até a fidedignidade e comparabilidade dos dados.

Outra limitação dos trabalhos deste tipo está relacionada à impossibilidade de generalização dos resultados.

Existem objeções à utilização de indicadores de base censitária em pesquisa educacional. Questiona-se, principalmente, a fidedignidade dos dados e sua comparabilidade. De fato, observa-se, que as definições censitárias sofrem flutuações, modificações substanciais ou mesmo inclusão de itens completamente novos ou exclusão de questões anteriormente levantadas.

Por outro lado, as modificações do próprio sistema educacional em suas diversas instâncias são suficientes para comprometer a comparabilidade dos dados. Além disto, os dados, quanto à

coleta, estão vinculados a um determinado contexto teórico-conceitual e se referem a uma determinada estrutura escolar, e a determinadas funções do sistema de ensino, as quais não se mantêm constantes ao longo do tempo. Entretanto, como diz Solari (1963), é impossível a realização de estudos desta natureza sem a utilização de indicadores de base censitária.

4.2 - Análise descritiva

A seguir, será feita a análise descritiva de alguns gráficos relativos às variáveis educacionais, complementada com a discussão de detalhes das tabelas utilizadas para a montagem dos gráficos.

4.2.1 - Alfabetização

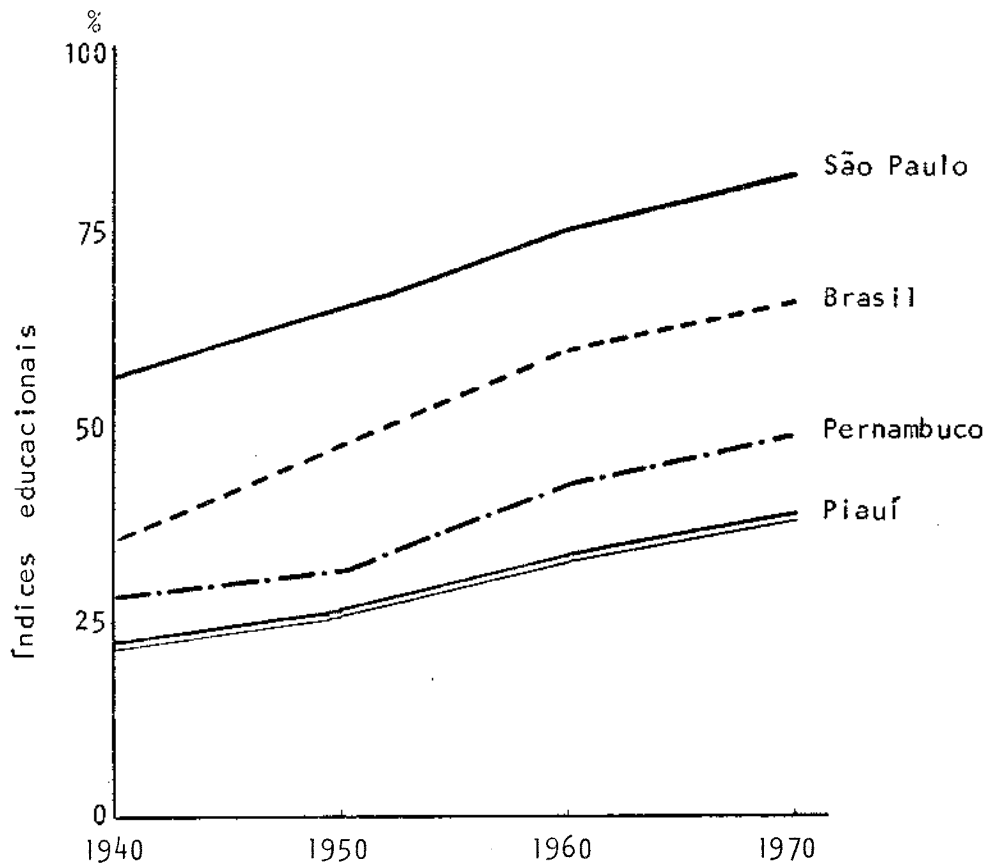
O gráfico 1, construído com base nos dados da tabela 3, mostra a evolução dos índices de alfabetização das pessoas de 10 anos e mais, no período de 1940/70.

As curvas são ascendentes, indicando crescimento dos índices. São Paulo detém os índices mais altos, seguindo-se a média brasileira, Pernambuco e Piauí. No gráfico, pode-se observar também que o índice de alfabetização do Piauí, em 1970, é inferior ao de Pernambuco em 1960 e aos de São Paulo e Brasil em 1940. Pernambuco, por sua vez, apresenta índices inferiores aos de São Paulo em 1940.

Consideradas em seu conjunto, as curvas mostram que a disparidade interestadual aumentou no período 1940/70 e que o aumento foi desfavorável ao Estado do Piauí.

GRÁFICO 1

ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS EM SÃO PAULO, PERNAMBUCO, PIAUÍ E BRASIL - 1940/70 (%)



FONTE: Tabela 4.

TABELA 3
ALFABETIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, EM ALGUMAS UNIDADES
DA FÉDERAÇÃO E BRÁSIL, EM PERCENTUAIS: 1940/70

Estado	Alfabetização (%)			
	1940	1950	1960	1970
Piauí	21,94	25,59	32,85	37,82
Pernambuco	28,33	31,75	42,72	49,10
São Paulo	57,76	65,36	75,60	82,51
Brasil	35,91	48,34	60,20	66,63

FONTE: Censo demográfico do Brasil: 1940-p.16; 1950-p.18; 1960-p.10; 1970-p.10.

4.2.2 - Curso elementar

O gráfico 2, contruído com base nos dados da tabela 4, mostra a evolução dos percentuais de curso elementar completo das pessoas de 10 anos e mais, no período 1940/70.

As curvas refletem o crescimento dos índices durante o período, exceto para Piauí, no período 60/70, onde ocorreu um decréscimo percentual. Esse decréscimo talvez se explique pela passagem para os cursos médio e superior de um considerável número de pessoas que anteriormente se encontravam no curso elementar.

No gráfico, pode-se observar, também, que o índice para o Piauí em 1970, é inferior à média brasileira e ao índice de Pernambuco em 1950 e ainda ao percentual relativo a São Paulo em 1940. O índice de Pernambuco, em 1970, é inferior ao de São Paulo e à média brasileira em 1950. A média brasileira em 1970, por sua vez

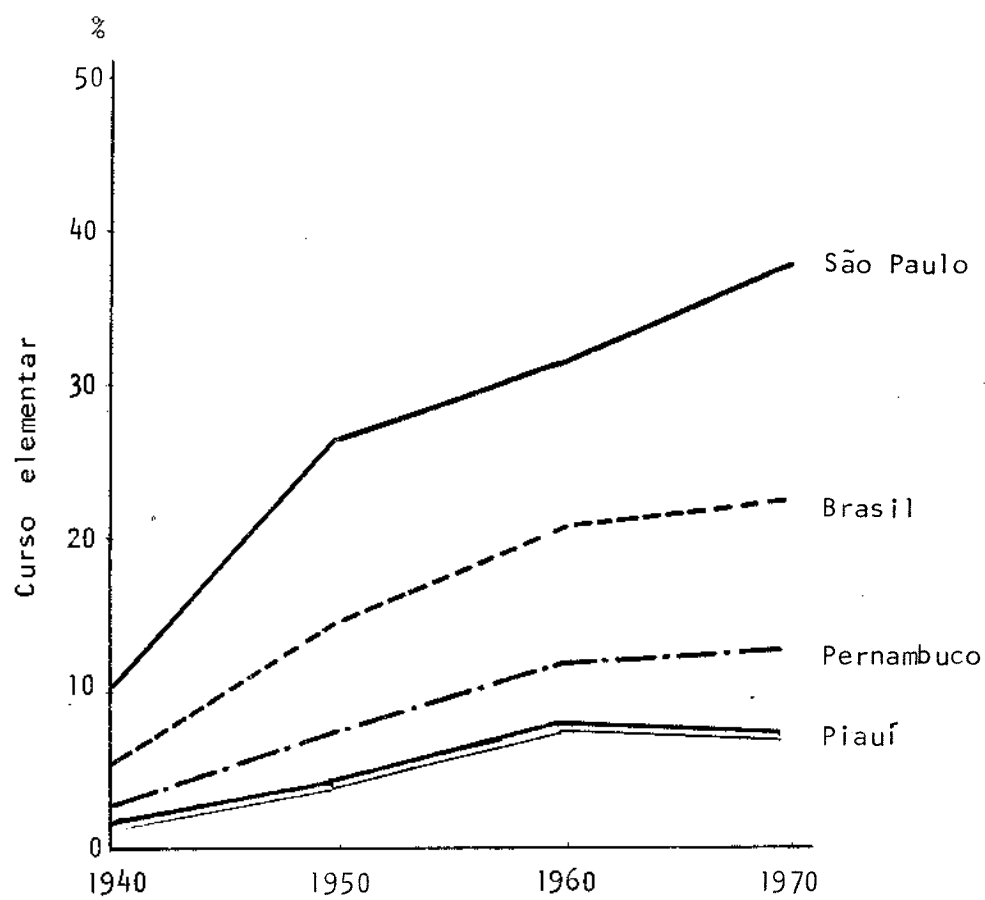
é inferior ao percentual de São Paulo em 1950.

O gráfico, mostra três grandes momentos de evolução dos índices de curso elementar completo. O primeiro, no período 1940/50, caracteriza-se pelo forte afastamento recíproco das quatro curvas; o segundo, no período de 1950/60, pelo quase paralelismo no traçado das curvas, resultante da desaceleração do crescimento dos índices de São Paulo e Brasil; o terceiro momento, de 1960 a 70, caracteriza-se pela retomada do afastamento entre as curvas, resultante de uma leve aceleração do crescimento dos índices em São Paulo e do decréscimo percentual ocorrido no Piauí. fato comentado acima. A curva relativa a Pernambuco tem, neste período, um traçado paralelo à média brasileira.

O gráfico mostra, também, que as disparidades interestaduais aumentaram consideravelmente durante o período sob estudo, em notório desfavor do Piauí.

GRÁFICO 2

CURSO ELEMENTAR COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS EM SÃO PAULO, PERNAMBUCO, PIAUÍ E BRASIL, NO PERÍODO 1940/70 (%)



FONTE: Tabela 5.

TABELA 4

CURSO COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, EM ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL, EM PERCENTUAIS: 1940/70

Estado/grau do curso	Pessoas com curso completo (%)			
	1940	1950	1960	1970
Piauí				
Elementar	1,20	3,90	7,04	6,84
Médio	0,23	0,71	1,28	2,49
Superior	0,08	0,08	0,13	0,18
Elementar e mais*	1,57	4,70	8,46	9,51
Pernambuco				
Elementar	2,85	7,43	11,90	12,74
Médio	0,66	1,52	2,76	4,90
Superior	0,17	0,21	0,34	0,55
Elementar e mais*	3,70	9,18	15,01	18,20
São Paulo				
Elementar	10,12	26,67	31,71	37,69
Médio	2,03	4,61	6,82	10,68
Superior	0,57	0,68	0,96	1,32
Elementar e mais*	12,73	31,96	39,50	49,69
Brasil				
Elementar	5,37	14,74	20,62	22,45
Médio	1,23	2,70	4,22	6,99
Superior	0,36	0,43	0,58	0,82
Elementar e mais*	7,19	17,89	25,45	30,27

FONTE: Censo demográfico do Brasil: 1940 - p.1 e 18; 1950 - p.1 e 24; 1960 - p.120 e 138 para o PI e p.2 e 22 para SP, PE e BR; 1970 - p.37.

*Inclusive não declarado.

4.2.3 - Curso médio

O gráfico 3, construído com base nos dados da tabela 4, descreve a evolução dos percentuais relativos ao curso médio completo das pessoas de 10 anos e mais, no período de 1940/70.

O gráfico aponta uma tendência geral ao crescimento dos índices. Em todos os momentos de medida, os índices de São Paulo são os mais elevados, seguindo-se a média brasileira, os índices relativos a Pernambuco e, em último lugar, o Piauí.

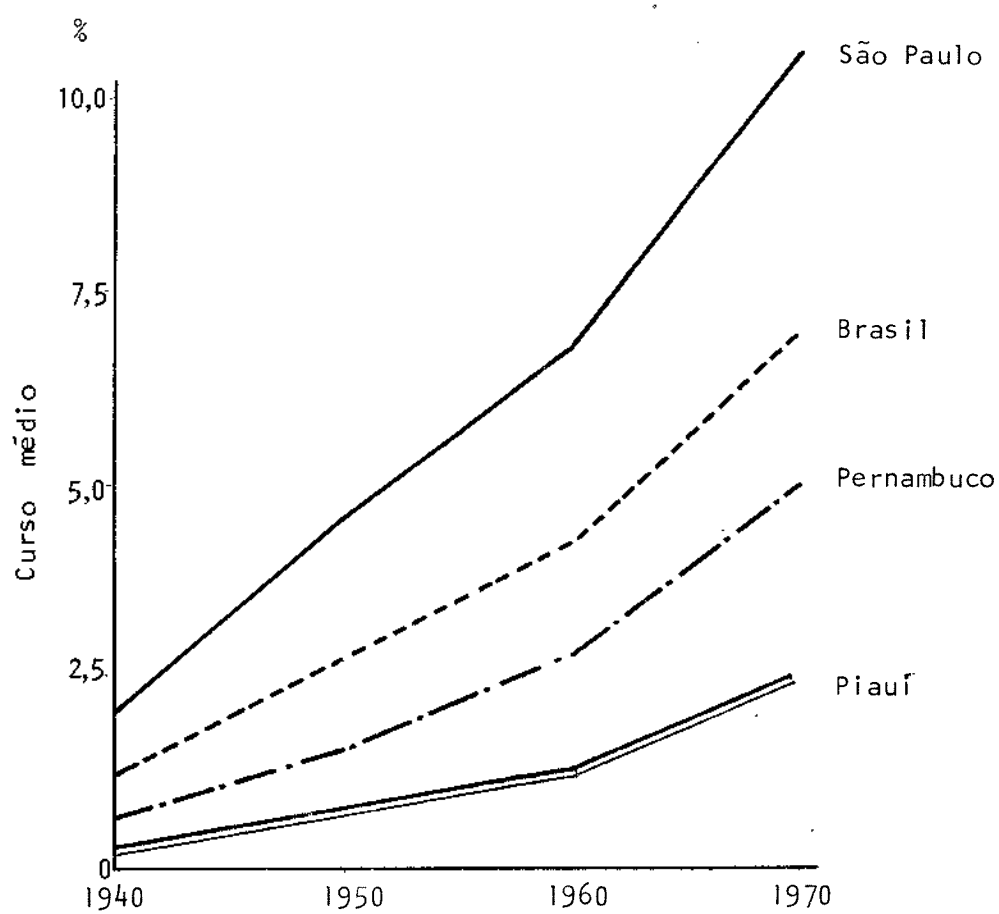
O gráfico apresenta dois momentos: no primeiro, de 1940 a 60, o crescimento dos índices e o aumento de disparidade interestadual são menores do que aqueles observados no segundo período (1960 a 1970).

Os índices relativos ao Piauí, em 1970, são inferiores àqueles de Pernambuco em 1960, e também inferiores a São Paulo e à média brasileira em 1950.

O gráfico mostra que as disparidades aumentaram, consistentemente, no período 1940/70.

GRÁFICO 3

CURSO MÉDIO COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS EM SÃO PAULO,
PERNAMBUCO, PIAUÍ E BRASIL - 1940/70 (%)



FONTE: Tabela 4.

4.2.4 - Curso superior

O gráfico 4, construído com base nos dados da tabela 4, mostra a evolução dos índices de curso superior completo das pessoas de 10 anos e mais, no período de 1940/70.

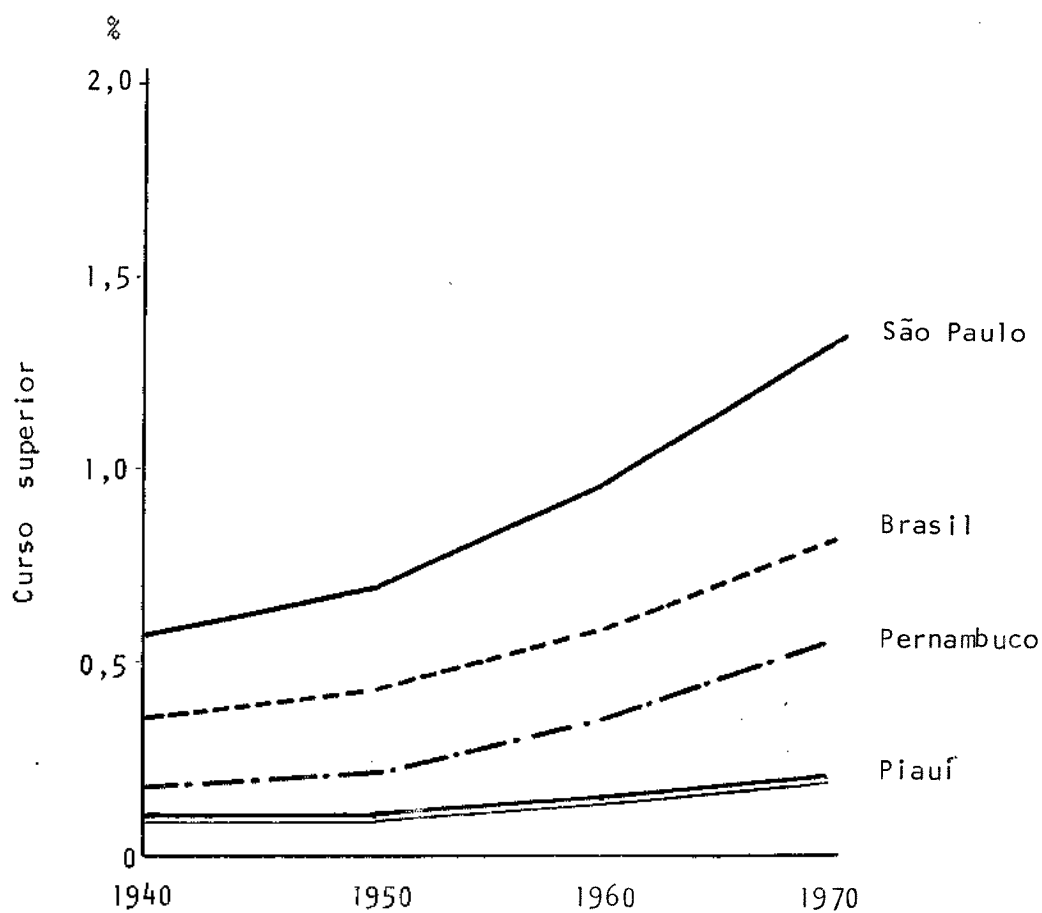
O gráfico mostra a tendência geral ao crescimento dos índices. Em todos os anos censitários, os percentuais relativos a São Paulo são os mais elevados, seguindo-se os percentuais relativos ao Brasil, Pernambuco e Piauí. A curva relativa a Pernambuco tem traçado quase paralelo à média brasileira. São Paulo e Piauí se afastam da média brasileira em direções diferentes: o primeiro por crescimento acelerado; o segundo, por crescimento lento, o que faz com que ambos os Estados se afastem consideravelmente entre si.

Enquanto as curvas relativas a São Paulo, Brasil e Pernambuco tendem a ser exponenciais, a relativa ao Piauí apresenta apenas um leve afastamento da horizontal.

O gráfico mostra também que as disparidades inicialmente existentes, aumentaram consideravelmente durante o período sob estudo.

GRÁFICO 4

CURSO SUPERIOR COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS EM SÃO PAULO, PERNAMBUCO, PIAUÍ E BRASIL - 1940/70 (%)



FONTE: Tabela 4.

4.2.5 - Curso elementar e mais

O gráfico 5, construído com base nos dados da tabela 4, descreve a evolução dos índices de curso elementar e mais das pessoas de 10 anos e mais, no período de 1940/70.

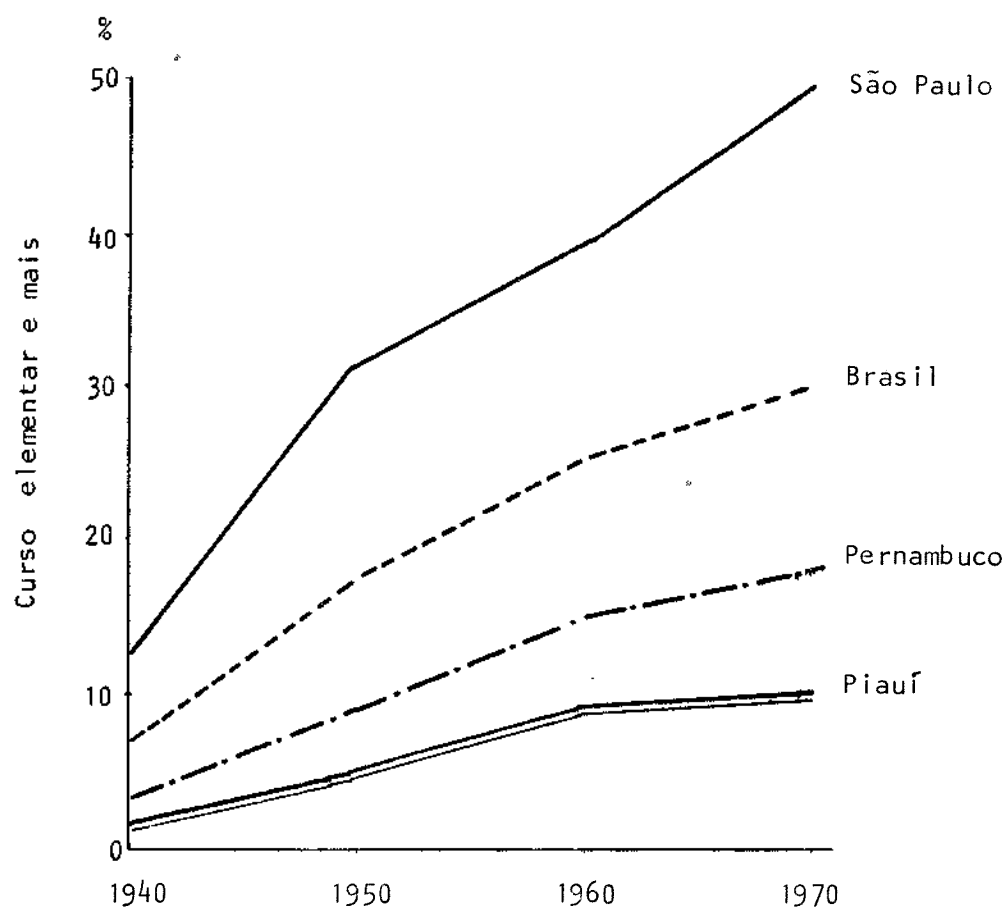
O gráfico reflete as tendências ao crescimento. Em todos os casos, os índices relativos a São Paulo são os mais elevados, seguindo-se a média brasileira, Pernambuco e Piauí.

Este gráfico permite que se observe a manutenção do crescimento percentual dos indicadores de estado educacional, tomados em conjunto, como já se observou no item 4.2.2.

As diferenças de velocidade de crescimento fazem com que Piauí e São Paulo se afastem consideravelmente. No conjunto, observa-se que as disparidades aumentaram em função do tempo e em desfavor do Piauí.

GRÁFICO 5

CURSO ELEMENTAR E MAIS DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS EM SÃO PAULO, PERNAMBUCO, PIAUÍ E BRASIL - 1940/70 (%)



FONTE: Tabela 4.

Os gráficos 1 a 5, e as tabelas 3 e 4, descreveram o comportamento das variáveis educacionais selecionadas para o presente trabalho, no período de 1940/70 e evidenciam que entre os Estados selecionados há disparidade e tendência a seu agravamento.

Observa-se que os valores assumidos por cada variável, tendem, em função do tempo, a uma crescente dispersão em torno da média brasileira. Verifica-se o crescimento continuado do intervalo entre os índices máximo e mínimo. Esse incremento significa mais que uma mera dispersão, significa o agravamento de uma situação já desigual, medida através das variáveis acima citadas e aponta a concentração das oportunidades educacionais em São Paulo.

Dessa forma, o perfil educacional do Piauí, traçado a partir das variáveis educacionais aqui consideradas, define-se fundamentalmente em oposição ao de São Paulo, por reduzidas oportunidades educacionais, pelo crescimento lento dos seus índices e pela tendência ao agravamento dessas disparidades com respeito à média brasileira e, principalmente, com respeito a São Paulo.

Embora não prevista inicialmente, a média brasileira (Brasil) foi acrescentada às tabelas e gráficos, com o objetivo de mostrar o referencial da tendência central e facilitar a análise e a compreensão dos resultados.

A descrição do desempenho das variáveis através das tabelas e gráficos, evidenciou uma tendência geral ao crescimento dos índices, e ao aumento do intervalo que separa o índice máximo

do mínimo e à manutenção de uma hierarquia na ordem em que os Estados aparecem nos gráficos.

Quanto ao crescimento dos índices, embora suas taxas variem, observa-se que a cada ano censitário há um incremento positivo em relação ao ano anterior. A única exceção ocorre no Piauí, decênio 60/70, Curso Elementar completo das pessoas de 10 anos e mais, onde há um decréscimo percentual de 7,04% para 6,84%.

4.2.6 - Intervalo entre índices máximo e mínimo e suas variações

O intervalo entre os índices máximo e mínimo de uma mesma variável, num determinado ano censitário, sofre incrementos positivos em todos os momentos de medida entre 1940 e 1970. Esse intervalo se refere aos percentuais máximo e mínimo que uma mesma variável pode apresentar num ano dado, e significa a medida da disparidade com que se procede à distribuição daquela variável pelos diferentes Estados (vide tabela 5).

O fato do valor do intervalo crescer consistentemente de Censo a Censo é evidência que aponta o agravamento das desigualdades inter-regionais e interestaduais no período 1940/70.

A ordem em que os Estados comparecem nos gráficos é constante e determinada pelos valores assumidos pelas variáveis. Observa-se que as curvas relativas a São Paulo situam-se sempre acima da média brasileira, enquanto as relativas ao Piauí situam-se sempre abaixo daquela média. Essa hierarquia parece também as-

sociada à velocidade de crescimento dos índices. Pode-se observar que quanto mais elevados são os percentuais, mais rapidamente eles crescem. Isto é particularmente claro na comparação das curvas relativas a São Paulo e Piauí. O primeiro tem curvas de crescimento que se aproxima da diagonal dos gráficos (45 graus); o segundo tem curvas que apenas discretamente se afastam da abcissa. Dessa forma, configura-se uma situação de disparidade para o período 1940/70 e uma tendência ao agravamento das disparidades em função do tempo.

TABELA 5

INTERVALOS: DIFERENÇA ENTRE OS ÍNDICES MÁXIMOS E MÍNIMOS DE ALFABETIZAÇÃO E CURSO COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS: 1940/70

Indicadores educacionais	Intervalos			
	1940	1950	1960	1970
Alfabetização	35,82	39,77	42,75	44,69
Curso elementar	8,92	22,77	24,67	30,85
Curso médio	1,80	3,90	5,54	8,19
Curso superior	0,49	0,60	0,83	1,14
Elementar e mais	11,16	27,29	31,04	40,18

FONTE: Tabelas 3 e 4.

A variação dos intervalos é mostrada na tabela 6. Pode-se observar que ela é decrescente ao longo do período 40/70. Isto talvez seja explicável pelo fato de os índices relativos a São Paulo estarem se aproximando do limite máximo, isto é, 100% no caso

da alfabetização. Neste caso, parece que os contingentes de alfabetos na população adulta migrante que demanda São Paulo, estaria desacelerando o crescimento da curva relativa a este indicador.

Mantidas as atuais tendências, isto é, estabilização do índice de alfabetização em São Paulo, um crescimento ainda que lento dos índices relativos ao Piauí fará com que o intervalo entre índices máximo e mínimo diminua em função do tempo.

Fenômeno inverso ocorre com a variação dos intervalos relativos ao curso superior. Neste caso, a variação é sempre crescente entre 1940 e 1970. Ocorre que o número absoluto das pessoas de 10 anos e mais com curso superior completo é relativamente pequeno. Como se pode ver na tabela 4, este número é de cerca de 170 mil pessoas, numa população de 13 milhões de pessoas de 10 anos e mais em São Paulo, em 1970, e de cerca de duas mil pessoas no Piauí, no mesmo ano. Estes pequenos números permitem uma grande flexibilidade do crescimento espelhado pelos números relativos. Isto somado aos dispêndios com educação de 3º grau no Sudeste, provavelmente explique o crescimento continuado do intervalo.

Na tabela 7, número-índice em relação ao ano base, constata-se que o maior aumento de desigualdade ocorreu no indicador relativo ao curso médio, seguindo-se aqueles relativos ao curso elementar, curso superior e alfabetização. Considerando-se que esta tabela se refere à diferença entre máximos e mínimos, fica evidente que o crescimento da desigualdade foi máximo quanto a curso médio e agravou-se menos quanto à alfabetização.

A ordenação crescente dos índices, determinada pelos valores assumidos pelas variáveis, gera sempre a seqüência Piauí, Pernambuco e São Paulo. Essa hierarquia parece estar também associada à velocidade de crescimento dos índices. Como já se observou em outra parte desta análise, quanto mais elevados são os percentuais, mais rapidamente eles crescem.

TABELA 6

VARIAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE OS ÍNDICES MÁXIMOS E MÍNIMOS DE ALFABETIZAÇÃO E CURSO COMPLETO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS: 1940/70

Indicadores educacionais	Variação					
	1940/50	1950/60	1960/70	1940/60	1950/70	1940/70
Alfabetização	3,95	2,98	1,94	6,93	4,92	8,87
Curso elementar	13,85	1,90	6,18	15,75	8,08	21,93
Curso médio	2,11	1,64	2,65	3,74	4,29	6,39
Curso superior	0,11	0,23	0,31	0,34	0,54	0,65
Elementar e mais	16,10	3,78	9,14	19,88	12,92	29,02

FONTE: Tabela 5.

TABELA 7
NÚMEROS-ÍNDICES EM RELAÇÃO AO ANO BASE

Indicadores educacionais	1940 = 100			1950 = 100		1960 = 100
	1950	1960	1970	1960	1970	1970
Alfabetização	111	119	124	107	112	104
Curso elementar	255	276	348	108	135	125
Curso médio	216	307	455	142	210	147
Curso superior	122	169	232	138	190	137
Elementar e mais	244	278	360	113	147	129

FONTE: Tabela 5.

4.3 - Análise do cruzamento de algumas variáveis econômicas e educacionais

4.3.1 - Urbanização e alfabetização em São Paulo, Pernambuco e Piauí: 1940/70

O gráfico 6, construído com base nos dados das tabelas 8 e 3, mostra simultaneamente a evolução dos índices de urbanização e alfabetização e sugere estreita associação entre os dois fenômenos. Os índices mais elevados, em ambas as variáveis, correspondem a São Paulo, seguindo-se aqueles relativos a Pernambuco e ao Piauí.

A urbanização tem características diferentes em cada caso. Pereira (1976), considerando as relações entre urbanização e

subdesenvolvimento, comenta dois tipos de urbanização: o primeiro, uma urbanização citadina; o segundo, uma urbanização generalizada. Em São Paulo parece que se realiza este segundo tipo, isto é, uma urbanização generalizada, fundamentada nos nexos urbano-industriais e no predomínio das atividades industriais sobre as agrícolas. No Nordeste tem-se uma urbanização citadina, correspondente ao predomínio das atividades agrícolas sobre as industriais.

A urbanização no Nordeste e particularmente no Piauí, é limitada pelas dimensões do mercado de trabalho urbano. Este facto é evidenciado pelo percentual de pessoas economicamente ativas ocupadas em atividades não agrícolas que, em 1970 é igual a 28%. Compare-se este número ao percentual de São Paulo, na mesma época, que é igual a 79%.

As atividades urbanas acessíveis a uma população que em 1970 era composta de 62% de analfabetos, constituem o que se convencionou chamar de setor terciário informal, o qual agrega um conjunto de atividades heterogêneas e de definição não muito precisa e mínima significação econômica e cuja função mais importante é mascarar o desemprego.

No Sudeste, a urbanização é impulsionada por dois fortes vetores. Por um lado, o desenvolvimento das atividades urbano-industriais de alta produtividade que, em 1968, foram responsáveis por 1/3 do produto interno líquido brasileiro (tabela 9). Por outro, a capitalização do campo, determina o fluxo migratório rumo à periferia das cidades, nas quais, melhores condições sanitárias

peritem elevadas taxas de crescimento vegetativo e as oportunidades educacionais e de trabalho contribuem para fixar os novos contingentes populacionais.

TABELA 8
POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO EM ALGUMAS UNIDADES DA
FEDERAÇÃO E BRASIL, EM PERCENTUAIS: 1940/70

Estado/situação de domicílio	População			
	1940	1950	1960	1970
Piauí				
Urbana	15,19	16,33	22,98	32,10
Rural	84,81	83,67	77,02	67,90
Pernambuco				
Urbana	29,30	34,38	44,80	54,46
Rural	70,70	65,62	55,20	45,54
São Paulo				
Urbana	44,12	52,59	62,73	80,33
Rural	55,88	47,41	37,27	19,67
Brasil				
Urbana	31,23	36,16	44,93	57,15
Rural	68,76	63,84	55,07	42,85

FONTE: Censo demográfico do Brasil: 1940 - p.1; 1950 - p.4; 1960 - p.2; 1970 - p.2.

O papel da educação, mesmo ao nível de alfabetização, parece ser diverso em cada caso. Singer (1977) comenta que o pequeno valor agregado aos salários do trabalhador rural, pela educação, e a necessidade que o grupo familiar tem do trabalho de todos os seus membros, mesmo das crianças, provocam uma alta taxa de evasão dos matriculados no ensino elementar, ao lado de um

número considerável de crianças que nem mesmo se matriculam nas escolas.

O caráter supérfluo da educação no campo é ainda reforçado pelo tipo de atividade desempenhada pelos trabalhadores nas regiões de agricultura tradicional, a qual é predominantemente - se não totalmente - manual e realizada com ferramental extremamente simples como enxadas, pás, machados, etc.

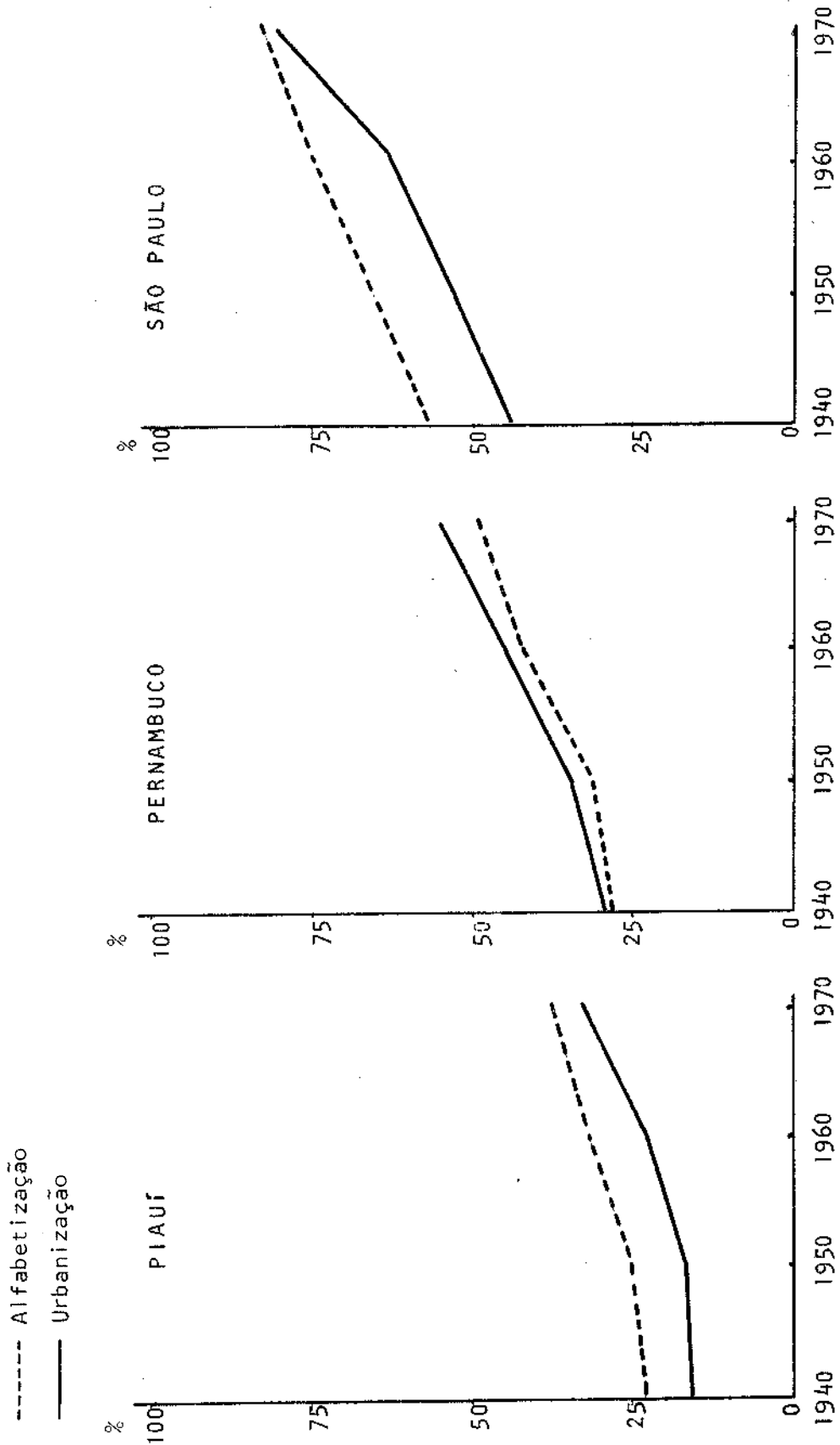
O mercado de trabalho urbano industrial, nas regiões de economia capitalista avançada, exige um elevado grau de escolarização, oferece incrementos salariais com base na instrução e não incentiva a participação de crianças na força de trabalho, fatores que parecem contribuir para aumentar o percentual de matriculados e, de certo modo, diminuir a evasão. Evidentemente, não é apenas o local de residência que determina os índices de matrícula e evasão escolar. Alguns dos demais fatores são discutidos em outra parte do presente trabalho.

Estes aspectos, isto é, processos de urbanização diferenciados, solicitações educacionais e profissionais diferentes e distribuição da força de trabalho em ocupações urbano-industriais ou em atividades agrícolas tradicionais, parecem explicar o estado educacional também diferenciado das populações do Sudeste e Nordeste.

Os aspectos acima comentados ligam-se mais à demanda educacional. Esta demanda, entretanto, não é um fenômeno autônomo e desvinculado de um contexto econômico e social historicamente determinado.

GRÁFICO 6

PIAUI, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - URBANIZAÇÃO X ALFABETIZAÇÃO



FONTE: Tabelas 14 e 15.

TABELA 9

PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DE ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO E NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: 1968

Unidades da Federação	População	Produto Interno Líquido			
		Total	Agricultura	Indústria	Serviços
Piauí	1,79	0,49	0,96	0,10	0,47
Pernambuco	5,60	3,38	3,96	2,31	3,63
São Paulo	18,94	35,22	19,50	56,84	31,85
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Anuário estatístico do Brasil, 1973. p. 514-16.

Demanda e oferta de escolarização parecem ser faces de um mesmo problema. O perfil educacional do Piauí não se determina apenas com base numa possível procura de escolarização, típica das regiões de economia predominantemente agrícola tradicional. A disparidade entre os indicadores educacionais relativos a Piauí e São Paulo, evidenciam claramente a maneira desigual como, nas economias dependentes se distribuem a propriedade, a renda, os serviços e bens culturais. E os dados mostram que a desigualdade observada no caso das oportunidades de escolarização não é aleatória, mas, consistentemente, em todos os momentos de investigação, evidenciam uma nítida tendência à concentração em uma região - o Sudeste - e, conseqüentemente, ao aumento das disparidades inter-regionais e interestaduais.

Um detalhe no comportamento das curvas de urbanização e alfabetização que parece merecer maior atenção é sua semelhança

em São Paulo e Piauí, no período 60/70. Pode-se observar alí que houve um notável incremento no ritmo de urbanização em São Paulo, o qual talvez tenha decorrido da maior pressão de expulsão sofrida pelas populações camponesas, a partir da promulgação de leis trabalhistas para aplicação no campo. Estas leis, prevêm o pagamento de férias e outros direitos sociais aos trabalhadores. A consequência mais visível desta legislação foi a expulsão pura e simples dos trabalhadores rurais de seus locais de origem, já que os proprietários rurais se negaram a assumir os encargos previstos na legislação. Isso parece que contribuiu poderosamente para o processo de proletarização do trabalhador rural, o qual já se iniciara a partir dos anos 20 (Lopes, 1979).

A desaceleração da alfabetização parece ser consequência da agregação à população urbana dos contingentes rurais e migrantes inter-regionais. Supõe-se que estes contingentes sejam compostos de número considerável de analfabetos adultos, fato que inflaciona os índices censitários de analfabetismo e desacelera o crescimento das curvas de alfabetização.

TABELA 10
PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS EM ALGUMAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E
NO BRASIL, EM PERCENTUAIS: 1940/70

Estados/ setores	Composição da PEA (%)			
	1940	1950	1960	1970
Piauí				
Agricultura	81,06	82,16	75,76	71,56
Indústria	7,01	3,76	5,02	8,05
Serviços	11,92	14,10	19,02	20,37
PEA não agrícola	18,93	17,86	24,04	28,42
Pernambuco				
Agricultura	74,94	66,17	61,83	52,56
Indústria	8,98	10,82	9,23	13,85
Serviços	16,06	23,00	28,93	33,58
PEA não agrícola	25,04	33,82	38,16	47,43
São Paulo				
Agricultura	59,14	43,30	32,66	20,42
Indústria	16,33	23,22	23,31	31,44
Serviços	24,51	33,46	44,01	48,13
PEA não agrícola	40,84	56,68	67,32	79,57
Brasil				
Agricultura	65,88	59,88	53,69	44,23
Indústria	10,28	13,71	13,08	17,80
Serviços	23,83	26,40	33,23	37,96
PEA não agrícola	34,12	40,12	46,31	55,77

FONTE: Censo demográfico do Brasil: 1940 - p.74; 1950 - p.28; 1960 - p.146 para o Piauí e p.32 para São Paulo, Pernambuco e Brasil; 1970 - p.50.

4.3.2 - População economicamente ativa e alfabetização em São Paulo, Pernambuco e Piauí: 1940/70

O gráfico 7, construído com base nos dados das tabelas 10 e 3 descreve a evolução dos índices de alfabetização e população economicamente ativa "urbana".

Os dados relativos à alfabetização, são comparáveis nos censos de 1940 a 70. Tal não ocorre com os dados relativos à população economicamente ativa. As modificações relativas a este conceito nos diversos censos são discutidas em detalhe no anexo 1. Cabe aqui, apenas comentar que os dados relativos ao censo de 1970 não são comparáveis com os demais, razão por que serão utilizados aqui apenas os relativos ao período 1940/70.

Para ambas as variáveis, os índices mais elevados são os relativos a São Paulo, seguindo-se aqueles de Pernambuco e, em último lugar, os do Piauí.

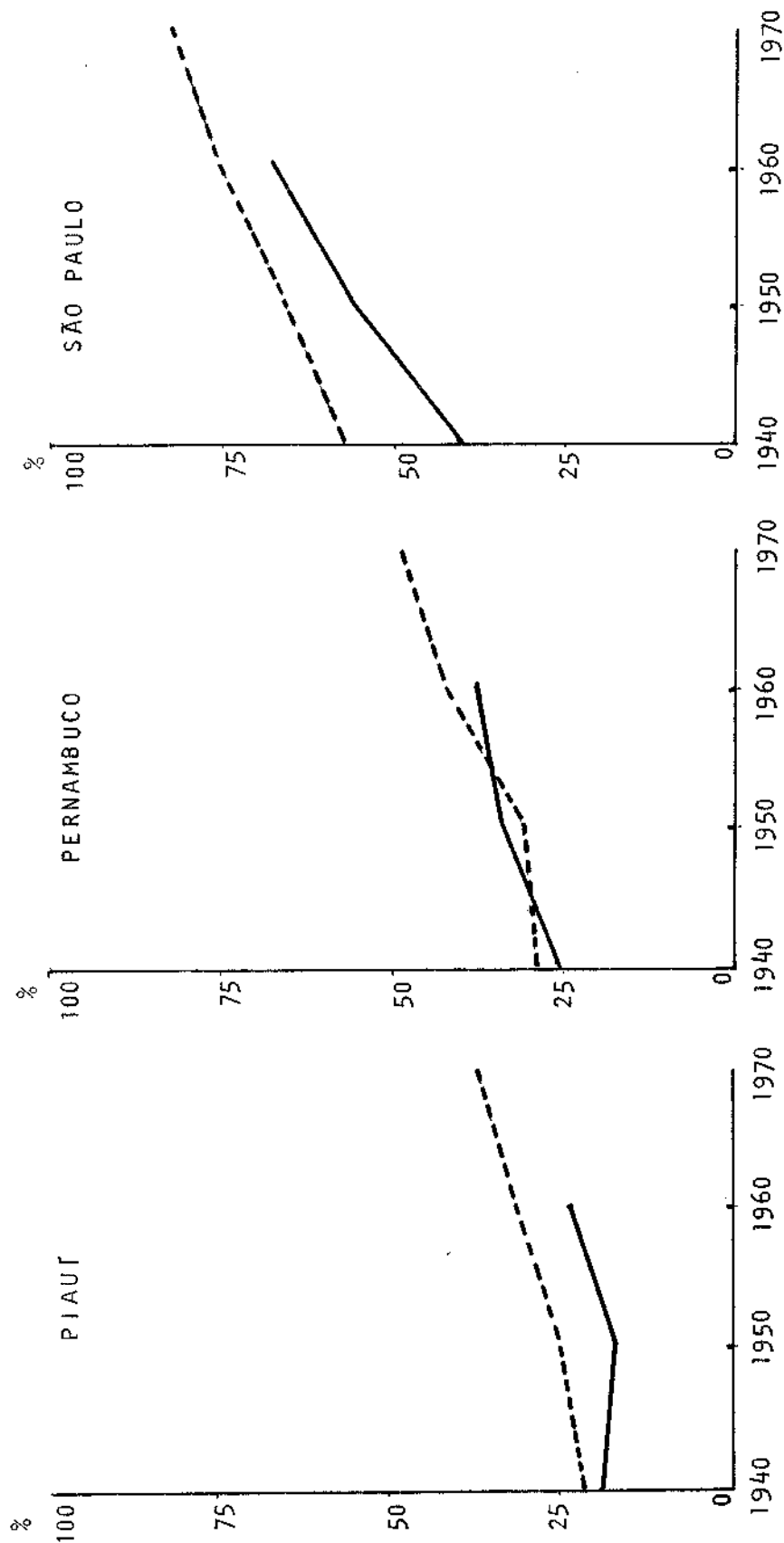
Este gráfico, confirma os resultados da análise feita com o gráfico 6. O gráfico 6 é semelhante ao 7. O primeiro considera os índices de urbanização da população enquanto o gráfico 7 considera a ocupação desta mesma população.

O gráfico sugere uma estreita associação entre população economicamente ativa "urbana" e alfabetização, nos três Estados.

GRÁFICO 7

PIAUI, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - PEA "URBANA" x ALFABETIZAÇÃO

----- Alfabetização
 ——— PEA "urbana"



FONTE: Tabelas 3 e 10.

Em estudos a respeito da evolução do modo capitalista de produção e seus reflexos na vida social, vários autores (Furtado, 1975; Bettlheim, 1976; Baran, 1977; Cardoso & Faletto, 1977, entre outros) mostraram como se processou, historicamente, a diferenciação entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e os relacionamentos recíprocos que se estabeleceram entre ambos os tipos estruturais. Apontaram como característica dos países subdesenvolvidos a existência simultânea de setores ou regiões onde predominam relações capitalistas avançadas e de setores ou regiões onde predominam relações arcaicas ou mesmo não capitalistas.

A origem das diferenças regionais é atribuída ao surgimento de ciclos econômicos distintos, espacial e cronologicamente isolados. As desigualdades são acentuadas pelas tendências à concentração e ao monopólio. No conjunto, as regiões de economia mais avançada comportam-se como centros de dominação e concentração econômica. Essas condições terminam por favorecer as regiões centrais as quais têm otimizado todos os parâmetros da vida social. Não se considera aqui a distribuição de propriedade e renda entre classes na região central.

Do ponto de vista da demanda por escolarização, o relativo atraso da agricultura brasileira é responsável pelo pequeno valor que a escolarização aduz aos salários do trabalhador rural. Isto parece particularmente válido para as regiões de agricultura tradicional. Ali, a criança é solicitada muito precocemente a contribuir com seu trabalho, para o grupo familiar.

As condições do mercado de trabalho urbano-industrial, por

outro lado, exigem níveis de escolarização cada vez mais elevados e a procura por trabalhadores jovens não treinados é muito inferior à oferta.

Estes fatores parecem contribuir para, nas regiões de economia capitalista avançada, aumentar a escolarização da população e, nas regiões de economia predominantemente agrícola tradicional, favorecer a descontinuidade do processo educacional (Singer, 1977).

O aumento da disparidade revelado pelos indicadores educacionais significa o agravamento de uma situação de desigualdade. É uma evidência do processo de concentração regional de renda. Parece que os indicadores educacionais nada mais fazem que retratar, a nível superestrutural, as relações de desigualdade regional flagradas ao nível da base econômica.

A questão aqui abordada das disparidades regionais brasileiras, é considerada no momento em que se procura explicar a distribuição das oportunidades educacionais num país de economia dependente, situado na periferia do sistema capitalista.

De acordo com teorias já discutidas aqui, esta caracterização do país supõe a existência, nele, de regiões centrais e periféricas, as quais as articulam à base do sistema econômico de produção, e mantêm relações de dominação/subordinação.

As diferenças observadas parecem decorrer dos processos fundamentais de desenvolvimento capitalista, definidos em termos

de acumulação, reprodução, concentração e monopólio.

Os indicadores educacionais parecem que retratam, a nível superestrutural, as relações descritas pelos indicadores económicos.

Discutiu-se que as diferenças de origem social determinavam desigualdades no desempenho escolar dos alunos. Comentou-se que a homogeneização do ensino não equaliza as oportunidades nem os desempenhos escolares dos alunos pois as diferenças já existem antes mesmo que a criança chegue à escola. A escola, por sua vez (Bourdieu, 1975) é uma agência de discriminação, e não pode, simultaneamente, discriminar e equalizar os vários segmentos de uma população que já são diferenciados por origem social.

Abordou-se a contradição entre as intenções expressas e ocultas que orientam a ação educacional. Essas, determinando o carácter discriminador do sistema educacional; aquelas refletindo uma ideologia equalizadora de nítidas conotações escapistas (Costa Pinto, 1970).

Tentou-se explicar a desigualdade observada na distribuição regional das oportunidades educacionais a partir da analogia entre origem social e origem regional.

5 - CONCLUSÕES

Este trabalho se propõe a oferecer ao planejador educacional algumas contribuições que dizem respeito às possibilidades e limitações da escola numa região periférica.

As críticas às propostas para equalizar as oportunidades de escolarização objetivaram desvelar a dissimulação da discriminação subjacente a todas estas propostas.

Os comentários a respeito do papel ideológico da dissimulação visam a esclarecer os termos e o terreno da discussão a respeito de equalização de oportunidades educacionais.

A pesquisa revelou não só uma marcante desigualdade econômica e educacional entre Nordeste e Sudeste, especialmente entre São Paulo e Piauí, mas também uma nítida tendência ao agravamento das disparidades inter-regionais.

As relações entre estrutura econômica de produção e educação parecem suficientemente explicitadas, tanto do ponto de vista da demanda por escolarização, quanto da oferta de oportunidades educacionais.

A caracterização de São Paulo como a região onde se deu o mais intenso desenvolvimento capitalista e o Piauí como a região onde este desenvolvimento foi incipiente, parece razoavelmente estabelecida.

Supõe-se que estas disparidades possam ser explicadas pelas diferenças na estrutura de produção dos Estados. As diferenças na estrutura de produção parecem determinar os traços básicos do perfil educacional. No caso do Piauí, o pequeno desenvolvimento capitalista, associado ao predomínio de ocupações na agricultura tradicional e à pequena taxa de urbanização, contribuem para que tenha reduzida importância o fato de as pessoas possuírem algum grau de instrução. Consideradas conjuntamente as zonas urbana e rural, a educação parece incapaz de criar diferenciais de renda, além de roubar preciosas horas de trabalho infantil às famílias que têm filhos na escola. O resultado disto são os percentuais de escolarização apresentados na tabela 2.

Em conclusão, julga-se que o perfil educacional do Piauí se determina em oposição ao de São Paulo, de forma análoga ao que ocorre com a estrutura de produção nessas duas Unidades da Federação.

As tendências que se podem identificar são as de agravamento das disparidades educacionais, no plano estadual e regional.

O autor deste trabalho julga que a limitação maior do planejamento educacional reside no desconhecimento, por parte dos planejadores, da determinação fundamental que a estrutura de produção exerce sobre

a educação.

À luz do que foi discutido, a desigualdade educacional entre Piauí e São Paulo, define-se como um problema estrutural. Trata-se de uma das desigualdades entre centro e periferia num país subdesenvolvido. Assim, a solução do problema das disparidades inter-regionais da educação brasileira só é possível, se modificada também a estrutura econômica de produção que explica aquelas desigualdades.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- 2 - BEEBY, C. E. *Educação e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 132 p.
- 3 - BETTELHEIM, C. A problemática do subdesenvolvimento. In: PEREIRA, L. (org.). *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- 4 - BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974. 361 p.
- 5 - BOURDIEU, P. & PASSERON, J. O. *A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. 238 p.
- 6 - BRANT, V. C. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos CEBRAP*, (19):37-91, jan/mar, 1979.
- 7 - CANO, W. Alguns aspectos da concentração industrial. In: VERSIANI, F. R. & BARROS, J. R. M. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo, Saraiva, 1977. 410 p.
- 8 - CARDOSO, F. H. & FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 143 p.
- 9 - CARVALHO, J. C. M. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978, 125 p.
- 10 - CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975. 248 p.
- 11 - CASTRO, C. M. *Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1972. 82 p.
- 12 - COSTA, J. M. M. et alii. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

- 13 - COSTA, R. A. Fontes interestaduais de desigualdade de renda. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, 2(1):45-64, jan/mar, 1978.
- 14 - COSTA PINTO, L. A. *Desenvolvimento econômico e transição social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- 15 - CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. 203 p.
- 16 - ———. Escolaridade e trabalho: quatro estudos sobre a fixação de requisitos educacionais. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, 2(1):21-44, jan/mar, 1978.
- 17 - DENSLOW Jr., D. As origens da desigualdade regional no Brasil. In: VERSIANI, F. & BARROS, J. R. M. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 1977. 410 p.
- 18 - FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974. 401 p.
- 19 - FERRARI, A. R. Utilização das estatísticas educacionais dos censos demográficos e dos registros escolares: uma tipologia de análise. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 4(2): 253-66, jul/set, 1979.
- 20 - FRANK, A. G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 130 p.
- 21 - FREIRE, P. A educação de adultos: é ela um quefazer neutro? *Educação e Sociedade*, São Paulo, (1):64-70, set, 1978.
- 22 - ———. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 220 p.
- 23 - FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- 24 - ———. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977. 248 p.
- 25 - GOUVEIA, A. J. Origem social, escolaridade e ocupação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (5):3-30, fev, 1980.
- 26 - HADDAD, P. R. et alii. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. 206 p.
- 27 - IBGE (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Geografia do Brasil*. vol. 2, Rio de Janeiro, SERGRAF-IBGE, 1977.
- 28 - ———. *Censo demográfico do Brasil: 1940*.
- 29 - ———. *Censo demográfico do Brasil: 1950*.

- 30 - ———. *Censo demográfico do Brasil: 1960.*
- 31 - ———. *Censo demográfico do Brasil: 1970.*
- 32 - ———. *Anuário estatístico do Brasil: 1972.*
- 33 - ———. *Anuário estatístico do Brasil: 1978.*
- 34 - IZQUIERDO, C. M. Considerações para determinar as prioridades da pesquisa educacional na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 5, abr, 1973.
- 35 - JOHNSTON, B. & KILBY, P. *Agricultura e transformação estrutural.* Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 485 p.
- 36 - LACOSTE, Y. *Os países subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro, Difusão, 1977. 130 p.
- 37 - LOPES, J. R. B. A pesquisa educacional em países em desenvolvimento: abordagem histórico-estrutural. *Ciência e Cultura*, vol. 23, n. 6, dez, 1971.
- 38 - ———. Do latifúndio à empresa. Unidade e diversidade do capitalismo no campo. *Estudos CEBRAP*, n. 26, São Paulo, 1978.
- 39 - ———. Desenvolvimento capitalista e estrutura agrária no Brasil. *Ensaios de Opinião*, Rio de Janeiro, 11:9-16, 1979.
- 40 - MEDEIROS, J. A. S. Limitações e possibilidades da Economia da Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 26, set, 1978.
- 41 - MELLO, M. C. I. *O bôia-fria: acumulação e miséria.* Petrópolis, Vozes, 1978. 154 p.
- 42 - MINER, J. Relacion entre el planeamiento educacional y el económico. *Teoría e practica del planeamiento integral de la educación.* Buenos Aires, Angel Estrada, 1971.
- 43 - MOREIRA, R. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 170 p.
- 44 - OLIVEIRA, F. & REICHSTUL, H. P. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. *Estudos CEBRAP*, (4):131-68, abr/jun, 1973.
- 45 - OLIVEIRA, J. H. G. et alii. *Teoría y practica del planeamiento integral de la educación.* Buenos Aires, Angel Estrada, 1971. 281 p.
- 46 - PARO, V. H. Aspectos econômicos da avaliação de currículos. *Cadernos de Pesquisa*, n. 25, jul, 1978.
- 47 - PEREIRA, L. & FORACCHI, M. M. *Educação e sociedade.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
- 48 - PEREIRA, L. et alii. *Urbanização e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 189 p.

- 49 - PIAUÍ. Governo do Estado. *Diretrizes para o desenvolvimento. 1974/1975*. Teresina, Companhia Editora Piauí, 1974.
- 50 - PINHO, C. M. *Economia da educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo, Pioneira, 1970. 103 p.
- 51 - RIBEIRO, D. Sobre o óbvio. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 1, jul, 1978.
- 52 - RIBEIRO NETTO, A. A pesquisa e o planejamento educacional. *Ciência e Cultura*, vol. 23, n. 6, dez, 1971.
- 53 - ROSSI, W. G. *Capitalismo e educação*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978. 160 p.
- 54 - SAVIANI, D. Educação brasileira: problemas. *Educação e Sociedade*, São Paulo, (1):50-63, set, 1978.
- 55 - SCARFON, M. L. *Crescimento e miséria*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- 56 - SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 107 p.
- 57 - ———. *O capital humano; investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 250 p.
- 58 - SELLTIZ, C. et alii. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, Herder, 1971.
- 59 - SHEEHAN, J. *The economics of education*. London, George Allen & Unwin, 1973. 140 p.
- 60 - SILVA, S. Agricultura e capitalismo no Brasil. *Contexto*, (1):23-32, nov, 1976.
- 61 - SINGER, P. Emprego e urbanização no Brasil. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, (19):93-137, jan/mar, 1977.
- 62 - SMOLKA, M. O. & LODDER, C. A. Preliminares para a formulação de uma política nacional de localização da atividade econômica no Brasil. In: HADDAD, P. R. et alii. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. 206 p.
- 63 - SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1967. 417 p.
- 64 - ———. *Síntese de história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. 131 p.
- 65 - SOLARI, A. Indicadores em educação. In: MENDES, C. et alii. *O outro desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Artenova, 1963.
- 66 - SROUR, R. H. Por uma reelaboração do conceito de modo de produção. *Educação e Sociedade*, São Paulo, (1):137-79, set, 1978.

- 67 - VAN DALEN, D. B. & MEYER, W. J. *Manual de técnica de la investigación educacional*. Buenos Aires, Paídos, 1971. 542 p.
- 68 - VERSIANI, F. R. & BARROS, J. R. M. *Formação econômica do Brasil; a experiência da industrialização*. São Paulo, Saraiva, 1977. 410 p.

7 - A N E X O S

7.1 - ANEXO 1

Estudo do conceito de "População Economicamente Ativa"

O conceito de "Pessoas Economicamente Ativas" aparece no Recenseamento Geral de 1950, página XVIII, do seguinte modo:

"Entendem-se como economicamente ativas todas as pessoas ocupadas, exclusive as que exerçam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, sem possuírem ocupação suplementar em outro ramo de atividade.

Excluíram-se também as pessoas classificadas no ramo 'Condições Inativas', compreendendo, além de desempregados, aposentados, pensionistas, detentos e as pessoas que viviam exclusivamente de rendas."

Neste ano, "a investigação da atividade tem por base a ocupação principal, definida como a ocupação econômica ou não, efetivamente exercida na data do Censo" (Recenseamento Geral de 1950, p. XVIII).

O Recenseamento Geral de 1960, à página XVI, cita que "a pesquisa referente à atividade compreendeu, para as pessoas de 10 anos e mais, a investigação da ocupação habitual, definida como a atividade econômica exercida durante a maior parte do ano anterior à data do Censo".

Em 1970, de acordo com o Recenseamento Geral, página XXXI, a População Economicamente Ativa, é composta pelas "pessoas que trabalharam nos 12 meses anteriores à data do Censo, mesmo que na referida data estivessem desempregados, em gozo de licença ou férias, ou presas, aguardando julgamento. Também foram consideradas

nesta condição, as pessoas de 10 anos e mais que na data do Censo estivessem procurando trabalho pela primeira vez".

O agrupamento das pessoas economicamente ativas nos setores utilizados no presente trabalho se fez do seguinte modo:

1940 - Este Censo considera a atividade das pessoas de 10 anos e mais em 12 ramos:

1. Agricultura, pecuária, silvicultura.
2. Industrias extrativas.
3. Indústrias de transformação.
4. Comércio de mercadorias.
5. Comércio de imóveis, valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização.
6. Transportes e comunicações.
7. Administração pública, justiça, ensino público.
8. Defesa nacional, segurança pública.
9. Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada.
10. Serviços, atividades sociais.
11. Atividades domésticas, atividades escolares.
12. Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.

No presente trabalho, estes 12 ramos gerais são agrupados em quatro categorias de atividade, a saber: 1. Agricultura; 2. Indústria; 3. Serviços; 4. Inativos. Agricultura engloba os 1º e 2º ramos; Indústria compreende o 3º; Serviços corresponde do 4º

ao 10º; e Inativos, os 11º e 12º. Como neste Censo "não figura a tabulação concernente às pessoas economicamente ativas" (Censo 1950, p. XVIII), construiu-se, para as finalidades do presente trabalho, um quadro das pessoas economicamente ativas, utilizando-se esse conceito como enunciado no Recenseamento Geral de 1950 (vol. I, p. XVIII).

1950 - Este Censo considera como economicamente ativas todas as pessoas ocupadas, exceto aquelas exercendo atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes. A tabulação dos resultados apresenta um quadro específico para as pessoas economicamente ativas (n. 28) presentes de 10 anos e mais. Os ramos de atividade são discriminados da seguinte forma:

1. Agricultura, pecuária, silvicultura.
2. Indústrias extrativas.
3. Indústrias de transformação (inclusive construção civil, produção e distribuição de gás e de energia elétrica).
4. Comércio de mercadorias.
5. Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.
6. Prestação de serviços (alojamento e alimentação, higiene pessoal, conservação e reparação, diversões, atividades domésticas remuneradas, etc).
7. Transportes, comunicação e armazenagem.
8. Profissões liberais (inclusive atividades auxiliares).
9. Atividades sociais (ensino público e particular, assistência médico-hospitalar pública e particular, pre-

vidência, culto, melhoramentos urbanos, saneamento ,
etc).

10. Administração Pública, Legislativo e Justiça.
11. Defesa nacional e segurança pública (inclusive atividades auxiliares).
12. Atividades domésticas não remuneradas e atividades discentes.
13. Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

As investigações a respeito de atividade nos Censos de 1940 e 1950, têm amplitude semelhante, entretanto, nos demais levantamentos, obedece a critérios diferentes, o que afeta a comparabilidade dos resultados (Recenseamento Geral de 1950, p. XX).

Também neste caso procedeu-se ao agrupamento dos ramos de atividade em quatro categorias: Agricultura (n. 1 e 2); Indústria (n. 3); Serviços (n. 4 a 11) e Inativos (n. 12 e 13).

O Recenseamento Geral de 1960, apresenta os ramos de atividades organizados do seguinte modo:

1. Agricultura, pecuária, silvicultura.
2. Atividades extrativas.
3. Atividades industriais (inclusive abastecimento de água e esgotos).
4. Comércio de mercadorias.
5. Prestação de serviços.
6. Transportes, comunicações, armazenagem.
7. Atividades sociais.

8. Administração pública.
9. Outras atividades (inclusive comércio de imóveis e valores mobiliários, créditos, seguros e capitalização, profissões liberais, atividades não compreendidas nos demais ramos, mal definidas ou não declaradas).

Neste Censo, a pesquisa da atividade das pessoas de 10 anos e mais, compreendeu a investigação da ocupação habitual, definida como a atividade econômica exercida durante a maior parte do ano anterior à data do Censo (Recenseamento Geral de 1960, p. XVI). É apresentada uma tabulação específica para as pessoas economicamente ativas (tabela n. 16).

Também neste caso procedeu-se ao agrupamento dos ramos de atividade em: Agricultura (1 e 2); Indústria (3) e Serviços (4 a 9).

O Recenseamento Geral de 1970, classifica a população de 10 anos e mais em economicamente ativa e não economicamente ativa.

Compõem a população economicamente ativa, as pessoas que trabalharam nos 12 meses anteriores à data do Censo, mesmo que na referida data estivessem desempregadas, em gozo de licença ou férias, ou presas, aguardando julgamento. Também considerou-se nesta condição, as pessoas de 10 anos e mais que estivessem procurando trabalho pela primeira vez na referida data (Censo de 1970, p. XXXI).

No Censo de 1970, diferentemente dos demais, os resultados dizem respeito à população residente (p. XXVI).

As pessoas economicamente ativas são apresentadas segundo os seguintes setores de atividade:

1. Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal e caça e pesca.
2. Atividades industriais (extração mineral, indústrias de transformação, indústria de construção e serviços industriais de utilidade pública).
3. Comércio de mercadorias.
4. Prestação de serviços.
5. Transportes, comunicações e armazenagem.
6. Atividades sociais (ensino, assistência médico-hospitalar, previdência social, etc).
7. Administração pública (serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça, Defesa Nacional e Segurança Pública).
8. Outras atividades (comércio de imóveis e valores mobiliários, instituições de crédito, seguros e capitalização, profissões liberais e pessoas que procuram trabalho pela primeira vez).

No sentido de possibilitar a comparação dos resultados dos Censos de 1940 a 1960, foram tomadas as seguintes providências:

1. Agrupar no setor Agricultura, os ramos de atividade agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca, e indústrias extrativas.

2. Situar no setor Indústria os ramos indústria de transformação dos Censos de 1940, 1950 e 1960.
3. Colocar no setor Serviços os demais ramos de atividade.

A comparabilidade dos resultados é, entretanto, afetada pela obediência a critérios diferentes de definição dos ramos de atividade nos quatro Censos. Esse problema se evidencia nos seguintes fatos:

1. Abastecimento de água e esgotos, que nos Censos de 1940 e 1950 encontrava-se no setor de Serviços; em 1960 e 1970 localiza-se no setor Indústria;
2. Atividades extrativas vegetais e minerais, são englobadas em 1940, 1950 e 1960 e distintas em 1970;
3. Em 1970 se acrescenta ao ramo Outras atividades as "pessoas de 10 anos e mais que procuram trabalho pela primeira vez".

O efeito dessas alterações pode ser desprezado porque os setores fundamentais para o presente trabalho (Agricultura e Indústria) têm uma definição quase idêntica nos quatro Censos.

Um quadro geral dos ramos de atividade nos quatro Censos é apresentado a seguir:

RAMOS DE ATIVIDADE				
	1940	1950	1960	1970
AGRICULTURA	Agricultura, pecuária e silvicultura Indústrias extrativas	Agricultura, pecuária e silvicultura Indústrias extrativas	Agricultura, pecuária e silvicultura Indústrias extrativas	Agricultura, pecuária e silvicultura Extração vegetal
INDÚSTRIA	Indústrias de transformação	Indústrias de transformação	Atividades industriais (inclusive abastecimento de água e esgotos)	Atividades industriais (extração mineral, indústria de transformação, de construção e serviços industriais de utilidade pública).
SERVIÇOS	Comércio de mercadorias; Comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; Transportes e comunicações; Administração pública, justiça e ensino público; Defesa nacional e segurança pública; Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada; Serviços, atividades sociais; Atividades domésticas e discentes; Inativos, mal definidos, não declaradas	Comércio de mercadorias; Comércio de imóveis e valores mobiliários; Prestação de serviços; Transportes, comunicações, armazenagem; Profissões liberais; Atividades sociais; Administração pública; Defesa nacional e segurança pública; Atividades domésticas não remuneradas e atividades discentes; Atividades não compreendidas nas anteriores, mal definidas, não declaradas.	Comércio de mercadorias; Prestação de serviços; Transportes, comunicações, armazenagem; Atividades sociais; Administração pública; Outras atividades inativas	Comércio de mercadorias; Prestação de serviços; Transportes, comunicações, armazenagem; Atividades sociais (ensino), assistência médico-hospitalar, previdência social, etc); Administração pública (Administração governamental, Legislativo, Justiça, Defesa Nacional e Segurança Pública); Outras atividades (comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização, profissões liberais); Inativos

7.2 - ANEXO 2

Composição setorial do Produto Interno Líquido em algumas Unidades
da Federação e no Brasil: 1939/68

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO EM ALGUMAS UNIDADES
DA FEDERAÇÃO E NO BRASIL, EM PERCENTUAIS: 1939/68

ESTADO	ANO	TOTAL %	AGRICULTURA %	INDÚSTRIA %	SERVIÇOS %
Piauí	1939	100,0	59,37	6,02	34,60
	1948	100,0	47,31	3,25	49,42
	1955	100,0	45,36	5,31	49,31
	1960	100,0	47,06	5,67	47,26
	1966	100,0	43,53	6,03	50,43
	1967	100,0	45,30	5,11	49,57
	1968	100,0	43,24	5,33	51,41
	Pernambuco	1939	100,0	28,90	19,75
1948		100,0	30,49	19,01	50,48
1955		100,0	26,80	19,63	53,56
1960		100,0	34,06	17,77	48,17
1966		100,0	28,93	14,40	56,66
1967		100,0	23,33	14,91	56,74
1968		100,0	26,01	16,76	57,22
São Paulo		1939	100,0	22,68	22,02
	1948	100,0	27,57	25,01	47,41
	1955	100,0	23,58	30,58	45,82
	1960	100,0	18,25	33,71	48,03
	1966	100,0	15,29	36,76	47,93
	1967	100,0	14,70	35,89	49,39
	1968	100,0	12,31	39,50	48,17
	Brasil	1939	100,0	25,75	19,52
1948		100,0	27,65	21,43	50,90
1955		100,0	25,07	24,40	50,52
1960		100,0	22,62	25,19	52,21
1966		100,0	19,30	27,47	53,23
1967		100,0	19,23	26,21	54,54
1968		100,0	17,72	28,48	53,79

FONTE: Anuário estatístico do Brasil, 1972, p. 514-16.